



Ofício SUPEC.TP nº 21/16

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2016.

Assunto: Encaminha RGR e RGF referente ao 3º Período Avaliatório do TP nº 35/2016 celebrado entre esta Secretaria de Estado de Segurança Pública/SESP e o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania/IJUCI.

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos o Relatório Gerencial de Resultado (RGR) e Financeiro (RGF) referente ao 3º Período Avaliatório do Termo de Parceria nº 035/2016 para análise.

Ressaltamos que o RGR foi entregue pela OSCIP IJUCI na data de 17/10/2016, conforme estabelece o Decreto 46.020/2012. Contudo, esta supervisão solicitou retificações e aprimoramentos no mesmo e a última versão foi entregue em 09/12/2016, versão esta encaminhada na presente data a V. Sas.

Ademais, registramos que o presente relatório ainda se encontra com equívocos de dados necessitando de novas retificações e alterações textuais. Contudo, diante do não tempo hábil para novos apontamentos, encaminhamos o mesmo considerando a imprescindibilidade da realização da próxima reunião da Comissão de Avaliação no dia 20/12/2016 e do aval de seus membros para realização do repasse financeiro à OSCIP, em virtude do pagamento salarial dos trabalhadores da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Abaixo elencamos alguns pontos que carecem ainda de alterações:

- Erros nas datas do documento, tais como na capa e campos de assinatura.
- Incorreções de dados numéricos e aritméticos no Quadro I – Comparativo entre as Metas Previstas e Realizadas e nos indicadores 3.1, 3.2.

Ao NCPO

Sr. Eduardo Campos Prosdocimi
Sr.ª Amanda Moura Farnezi
Núcleo Central de Parcerias com OSCIP's
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão




- Quanto ao Indicador 6.2 - Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade - esclarecemos que o conteúdo apresentado no referido Plano não contemplou todas as exigências contidas na descrição do indicador, bem como as solicitações de alteração apresentadas anteriormente por esta Supervisão, portanto, o mesmo não foi aprovado.
- Quanto ao Indicador 8.2 - Número de pessoas beneficiárias dos programas encaminhadas a empregos formais – destacamos também que esse OEP buscou viabilizar, no que foi possível, a execução desse indicador junto à OSCIP, sempre visando o equilíbrio entre as metas previstas pelo IUJCI e a metodologia e objetivos dos Programas. Este OEP entende que a inviabilidade do cumprimento deste é exclusivamente em relação a fonte de comprovação proposta pela OSCIP.
- Quanto ao Produto 2.1 - Diagnóstico Estrutural das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – destacamos, primeiramente, que a confecção desse diagnóstico foi uma solicitação dessa SUPEC, prevista no Edital de Seleção de OSCIPs, com o objetivo de qualificar as informações acerca da estrutura das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade. O diagnóstico apresentado foi aprovado por este OEP e trouxe elementos importantes para qualificar as intervenções do Estado. Contudo, os apontamentos descritos pela OSCIP não comprometem a saúde e a segurança dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade.
- Descrição das Considerações Finais - os apontamentos feitos pela OSCIP expõem apenas o ponto de vista do IUJCI, e não desde OEP. Importante registrar que as metas propostas pelo Estado foram planejadas pelo histórico de execução dessa Política, conforme a pactuação feita no PPAG e independente do parceiro executor. Portanto, não consideramos razoável os questionamentos citados imputando responsabilidades a este OEP e a esta SEPLAG.

Isto posto, cumpre salientar que todas as questões apontadas acima e outras inconsistências apresentadas no Relatório Gerencial de Resultados, e de prévio conhecimento dessa supervisão, serão discutidas e aprofundadas na Reunião de Avaliação do Termo de Parceria nº 035/2016, agendada para o dia 20/12/2016, às 09:30h.

Contamos com a participação de V.Sas. e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Termo de Parceria nº 035/2016
Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade

CÓPIA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade

Ofício SUPEC.TP nº 22/16

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2016.

Assunto: Encaminha RGR e RGF referente ao 3º Período Avaliatório do TP nº 35/2016, celebrado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública/SESP e o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania/IJUCI

Prezadas,

Cumprimentando-as cordialmente, encaminhamos os Relatórios Gerenciais de Resultado e Financeiro referente ao 3º Período Avaliatório do Termo de Parceria nº 035/2016 para análise.

Ressaltamos que a data de entrega do presente relatório pela OSCIP IJUCI à esta Supervisão do Termo de Parceria foi na data de 09.12.2016. A data de 17.10.2016, constante na capa do documento, corresponde a primeira versão encaminhada.

Ademais, gostaríamos de registrar que, após sucessivas retificações deste relatório, bem como o não tempo hábil para outras necessárias, considerando a imprescindibilidade da realização da próxima reunião da Comissão de Avaliação no dia 20/12, esclarecemos:

Quanto aos indicadores 3.1 e 3.2 – Penas Monitoradas pelo Programa CEAPA – informamos que apesar da solicitação de correção dos dados numéricos e aritméticos, alguns deles não foram retificados pela OSCIP.

Quanto ao Indicador 6.2 - Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção social à Criminalidade – esclarecemos que o conteúdo descrito pela OSCIP no Relatório Gerencial não contemplou todas as exigências contidas na descrição do indicador, bem como as solicitações de alteração apresentadas por esta Supervisão do Termo de Parceria.

Quanto ao Indicador 8.2 – Número de pessoas beneficiárias dos programas encaminhadas a empregos formais – informamos também que esse OEP buscou viabilizar, no que foi possível, a execução desse indicador junto à OSCIP, sempre visando o equilíbrio entre as metas previstas pelo IJUCI e a metodologia e objetivos dos Programas.

As Senhoras

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Valéria Cristina de Oliveira

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Belo Horizonte – MG

Recebido 13/12/16
Desiale
CRISP/UFMG



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade

Quanto ao Produto 2.1 – Diagnóstico Estrutural das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – destacamos, primeiramente, que a confecção desse diagnóstico foi uma solicitação dessa SUPEC, prevista no Edital de Seleção de OSCIPs, com o objetivo de qualificar as informações acerca da estrutura das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade.

O diagnóstico apresentado foi aprovado por este OEP e trouxe elementos importantes para qualificar as intervenções do Estado. Contudo, os apontamentos descritos pela OSCIP não comprometem a saúde e segurança dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade.

Isto posto, cumpre salientar que todas as questões apontadas acima e outras inconsistências apresentadas no Relatório Gerencial de Resultados, e de prévio conhecimento dessa supervisão, serão discutidas na Reunião de Avaliação do Termo de Parceria nº 035/2016, agendada para o dia 20/12/2016, às 09:30h.

Contamos com a participação de V. Sas. e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Termo de Parceria nº 035/2016



Ofício SUPEC.TP nº 23/16

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2016.

Prezados,

Venho por meio deste esclarecer sobre as questões advindas do Relatório Gerencial de Resultados, relatório este de conteúdo da PARCERIA e não somente desta OSCIP.

Por isso, cabe ao supervisor ler e solicitar alterações da descrição do mesmo para o posterior "atesto da fidedignidade das informações".

Preliminarmente, devo ressaltar, que o relatório foi encaminhado para os demais membros da CA, exclusivamente pela falta de tempo hábil para novas retificações, considerando a necessidade precípua da realização da reunião da CA no dia 20/12 e do aval de seus membros para a efetivação do repasse financeiro à esta OSCIP, em virtude do pagamento salarial dos trabalhadores desta Política.

A despeito do presente relatório, não foram realizadas algumas alterações, sejam estas solicitadas por esta supervisão ou de assuntos anteriormente tratados, tais como:

- Datas no documento (capa, campo de assinatura). Na última reunião da CA esta questão foi pauta.

- Dados da CEAPA: os dados do indicador 3.1 diferem daqueles do indicador 3.2 nos seguintes municípios: Belo Horizonte (Ex: 3.1 descreve 3532, e no 3.2 descreve 3597), Ipatinga (1105 e 1104) , Uberaba (37 e 337) e Uberlândia (622 e 370).

- Indicador 6.2) Plano de Acompanhamento e Avaliação Contínua da Política de Prevenção Social à Criminalidade: o conteúdo apresentado no Plano não contemplou todas as exigências contidas na descrição do indicador, portanto, o Plano não poderia ser aprovado.

- Indicador 8.2) Número de pessoas beneficiárias dos programas encaminhadas a empregos formais: não foram realizadas as alterações sugeridas quanto a redação em relação ao Presp, não influenciando esta no pedido de desconsideração deste indicador.

- Produto do Diagnóstico Estrutural: este trouxe elementos importantes para qualificar as intervenções do Estado. Contudo, os apontamentos descritos não comprometem a saúde e a segurança dos profissionais da Política de Prevenção à

Aos Senhores
Viviane Tompe Souza Mayrink
Roberto Teodoro da Rocha
Belo Horizonte - MG



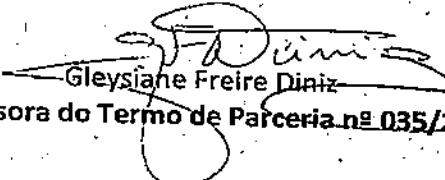
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade

Criminalidade na medida que foi mencionado: "o comprometimento com a qualidade de vida dos nossos colaboradores nos provoca a não quedarmos inertes em face das questões elencadas".

Ressaltamos também, que apesar dessa supervisão do Termo de Parceria não ter se manifestado no sentido de alteração das "Considerações Finais", os apontamentos feitos pela OSCIP expõem apenas o ponto de vista do IJUCI, não contemplando outros elementos como a proposição por esta OSCIP de novos produtos e indicadores. Importante registrar que as metas propostas pelo Estado foram planejadas pelo histórico de execução dessa Política, conforme a pactuação feita no PPAG e independente do parceiro executor.

Posto isso, essa supervisão registra tais fatos para conhecimento e ratifica a realização da próxima Reunião de Avaliação no dia 20/12/2016 as 09:30 horas.

Atenciosamente,


Gleysiane Freire Diniz
Supervisora do Termo de Parceria nº 035/2016



**3º Relatório Gerencial
(Resultados)**

Período Avaliatório
01 de agosto de 2016 a 30 de setembro de 2016

Data de entrega do relatório: 17/10/2016
Data da Reunião da CA: 20/12/2016

A small, handwritten mark or signature in black ink, located in the lower right quadrant of the page.

Sumário:

1 – INTRODUÇÃO.....	3
2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS	4
QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS – 3º PERÍODO AVALIATÓRIO	4
2.1.– Detalhamento dos resultados alcançados:	7
3 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOSPREVISTOS E REALIZADOS	66
QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS – 1º TRIMESTRE	66
3.1 – Detalhamento da realização dos produtos:	67
4 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO	75
QUADRO 3 – COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO	75
4.1 – ANÁLISE DAS DESPESAS E RECEITAS DO PERÍODO.....	76
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
6 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL.....	81
7 – DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP	85
8 – DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA	86



1 – INTRODUÇÃO

Este relatório de atividades é o mecanismo de acompanhamento e avaliação do Termo de Parceria firmado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), atualmente Secretaria de Segurança Pública (SESP), conforme reforma administrativa advinda da Lei n. 22.257 de 27 de julho de 2016, e o Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania (IJUCI) em 20/04/2016. Visa demonstrar o desempenho da entidade no desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Parceria, no período de 01 de agosto de 2016 a 30 de setembro de 2016, a fim de permitir verificar se os resultados previstos nesta parceria estão sendo alcançados.

O Termo de Parceria tem como objeto a execução em cogestão da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, viabilizando o desenvolvimento das Unidades e Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidas pelo órgão estadual parceiro (OEP).

Trata-se de um projeto de grande relevância, pois visa o enfrentamento a violências e criminalidades por meio da implementação de um conjunto integrado de ações e estratégias pelo Poder Público, em conjunto com a sociedade civil, com o objetivo de intervir diretamente sobre dinâmicas sociais geradoras de violências, conflitos e processos de criminalização.

Espera-se com a execução desta parceria contribuir para a prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre certos territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos, bem como para o aumento da sensação de segurança no Estado de Minas Gerais.

Em obediência ao parágrafo primeiro da Cláusula Terceira do Termo de Parceria e considerando a relevância da demonstração dos resultados obtidos, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas pactuadas e os resultados obtidos na condução das atividades propostas, sendo fornecidas informações complementares acerca dessas atividades, considerando o Quadro de Indicadores e Metas e o Quadro de Produtos previstos no Programa de Trabalho. As fontes de comprovação dos indicadores e produtos aqui apresentadas estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI) e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Avaliação, por representantes da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), atualmente Secretaria de Segurança Pública (SESP), conforme reforma administrativa advinda da Lei n. 22.257 de 27 de julho de 2016, ou representantes de órgãos de controle e auditoria.

Ainda em consonância com a legislação pertinente, será apresentado o demonstrativo consolidado das receitas e despesas realizadas na execução do Termo de Parceria e suas notas explicativas. De maneira complementar, serão anexados a este relatório, os comprovantes de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da entidade.

Ao final deste Relatório, são atestadas as informações aqui descritas pela presidente do Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI).



2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS – 3º PERÍODO AVALIATÓRIO

Área Temática	Indicador	Valores de Referência (VO)			Peso (%)	METAS		RESULTADOS ACUMULADOS	
		Período 1	Período 2	Período 3		01/08/2016 a 30/09/2016	3º PA		
1	Programa Mediação de Conflitos	-	1256	-	8	4.000	2.718	8.000	3.963
	1.1								
	1.2		0%		8	90,50%	100%	90,50%	50%
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	-	3.233	-	8	11.200	8.868	22.400	12.101
	2.1								
	2.2		1		5	2	2	3	3
3	Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas	-	6457	-	8	10.000	9.203	19.100	15.660
	3.1								

		3.2	Percentual de cumprimento integral das penas e medidas alternativas acompanhadas pelo Programa CEAPA	98,59%	8	90%	96,98%	90%	97,77%
4	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	4.1	Número de egressos inscritos no Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	865	8	516	823	1032	1688
		4.2	Número de atendimentos realizados pelo Programa de Inclusão dos Egressos do Sistema Prisional	2.414	8	3.430	3.941	6.860	6355
5	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade	5.1	Percentual de participação das equipes técnicas de gestão e supervisão nas capacitações	94,96%	5	100%	97,14%	100%	97,48%
				-	-	-	-	-	-



6	Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade	6.1	Número de relatórios analíticos dos CPC's de base local	-	27	-	5	32	32	64	59
		6.2	Plano de Acompanhamento e Avaliação Contínua de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	-	1	-	6	1	1	2	2
7	Gestão da Entidade Parceira	7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1,12%	94,18%	-	5	100%	83,90%	100%	-
		8.2	Número de pessoas beneficiárias dos programas encaminhadas a empregos formais	-	-	-	2	150	0	150	0
8	Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.3	Número de projetos sociais elaborados pelas comunidades e encaminhados a agentes financiadores	-	-	-	2	5	5	5	5
		8.4	Número de instituições, empresas e organismos com adesão formal à rede de prevenção à criminalidade	-	-	-	2	50	57	50	57
		8.5	Número de ações realizadas para a mobilização comunitária e participação social	-	14	-	2	50	59	50	59

2.1.- Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos		
Nº e Nome do indicador: 1.1 Número de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Resultados alcançados no período avaliatório		
Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	4000	2718

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para o período avaliatório em questão, foram contabilizados 2718 atendimentos individuais e coletivos, sendo 1335 atendimentos em agosto e 1383 em setembro. Uma vez que a meta estabelecida foi de 4000 atendimentos, ela não foi alcançada. A distribuição dos atendimentos por Centro de Prevenção neste período foi a seguinte:

RESULTADOS PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - 3º PA

CPC	Agosto	Setembro	Total
1 Citrolândia	39	40	79
2 Jardim Alterosas	29	27	56
3 PTB	35	50	85
4 Jardim Teresópolis	56	40	96
5 Cabana	22	15	37
6 Jardim Felicidade	72	70	142
7 Jardim Leblon	59	45	104
8 Minas Caixa	36	55	91
9 Morro das Pedras	18	40	58
10 PPL	44	41	85
11 Primeiro de Maio	50	42	92
12 Ribeiro de Abreu	38	59	97
13 Santa Lúcia	12	14	26
14 Serra	76	92	168
15 Taquaril	43	52	95
16 Vila Cemig	60	66	126
17 Vila Pinho	68	62	130
18 Nova Contagem	38	29	67
19 Ressaca	24	20	44
20 Carapina	31	29	60
21 Turmalina	67	38	105
22 Betânia	13	42	55
23 Cidade Cristo Rei	30	16	46
25 Santos Reis	49	40	89
25 Justinópolis	37	57	94
26 Rosaneves	29	31	60
27 Veneza	41	63	104
28 Via Colégio	47	43	90
29 Palmital	73	62	135
30 Canãa	42	36	78
31 Morumbi	49	54	103
32 Morro Alto	8	13	21
TOTAL	1335	1383	2718

De modo geral, ressalta-se que a dificuldade de obtenção de assinatura dos contratos de estágios por parte das instituições acadêmicas trouxe impacto para a não superação da meta. A morosidade por parte dessas entidades repercutiu na contratação de atores que desempenham atividades auxiliares importantes no desenvolvimento da metodologia do Programa Mediação de Conflitos. Isso contribuiu diretamente para a dificuldade de organização do trabalho e atendimento das demandas apresentadas, tais como os atendimentos individuais e coletivos, reuniões

com a rede parceira, ações de divulgação, de organização e mobilização comunitária. As equipes acabaram por priorizar algumas dessas ações (refazimento de vínculos e divulgação do programa) frente ao cenário apresentado. O Programa Mediação de Conflitos é o programa que demanda ações mais contínuas e prolongadas para a retomada dos vínculos com os usuários e por isso foi o mais impactado pela demora na contratação dos acadêmicos. Esta demora deveu-se ao fato da contratação dos estagiários ter-se dado em recesso escolar, com os coordenadores de curso de graduação, que assinam os contratos, se encontrarem também de férias; bem como em razão do trâmite administrativo padrão das instituições de ensino superior, que devem atender em seus credenciamentos aos requisitos legais e àqueles exigidos pelo Ministério da Educação.

Outro aspecto a ser ressaltado é que mesmo após contratados os estagiários, houve necessidade de realocá-los entre os diferentes territórios, haja vista a necessidade de racionalizar os recursos destinados ao transporte. Esta redistribuição também demandou tempo para que ocorresse de forma profícua, o que por certo impactou a composição definitiva das equipes e a retomada plena dos atendimentos. Ademais, o Programa Mediação de Conflitos não conseguiu recompor seus quadros com o primeiro processo seletivo, o que atrasou ainda mais a formação integral da equipe técnica, para além da questão dos estagiários.

Não é demais destacar que para o Programa Mediação de Conflitos, a retomada do trabalho após a transição de OSCIP's foi difícil, pois demandou e demanda um grande esforço na retomada dos vínculos com os usuários que estavam sendo acompanhados no período anterior à transição. Além disso, houve necessidade de um intenso movimento de divulgação do programa e construção de vínculos com as comunidades, já que as demandas chegam ao programa de forma espontânea e voluntária. Toda esta fase de reativação do programa requer tempo e estratégias diferenciadas.

A seguir, apresentamos as análises dos números de atendimento do programa nos Centros de Prevenção que experimentaram uma queda de atendimento no mês de setembro, em relação ao mês de agosto, em quantidade superior a 5 casos.

1 - Jardim Leblon

No período em questão, a dinâmica criminal no território ficou muito intensa, com a ocorrência de homicídios e confronto entre pessoas rivais. Apesar do PMC ter muitos agendamentos, alguns dias nenhuma pessoa compareceu ao CPC e, em contato posterior, essas pessoas disseram estar inseguras para circular no território.

2 - Jardim Teresópolis

O número de retornos (continuidade dos casos) diminuiu e, segundo os atendidos, as justificativas foram diversas: esquecimento, falta de tempo, outras prioridades, etc. Entretanto, nenhuma justificativa teve relação com a dinâmica criminal do território.

3 - Turmalina

Uma das causas para a redução de atendimentos em setembro foi a reorganização do trabalho da equipe do PMC neste CPC, pois um analista foi desligado e os outros dois foram avaliados com baixo desempenho. Espera-se que no próximo mês os números de atendimentos ainda fiquem abaixo da expectativa, o que será ajustado para não impactar o indicador nos meses subsequentes.

4 - Santos Reis

Em setembro houve uma redução do número de atendimentos em razão da necessidade de efetuar o acompanhamento de outras situações da dinâmica. A dedicação da equipe a tais situações fez com que os analistas saíssem menos do CPC para divulgar o PMC, o que resultou na redução quantitativa de atendimentos.

5 - Cidade Cristo Rei

A equipe no mês de setembro não fez tantas mobilizações pelo território, o que implicou na diminuição dos atendimentos, pois há regiões que não acessam o CPC de forma constante e necessitam de uma maior presença da equipe. A divulgação do programa pela equipe não foi possível haja vista as demais atividades de acompanhamento de casos.

6 - Palmital

Uma das possibilidades de redução no número de atendimentos no mês de setembro é o envolvimento de muitos moradores na campanha eleitoral e, por isso, eles terem deixado outras atividades em segundo plano. Esta foi uma



percepção manifestada pela equipe técnica, não havendo fonte de dados estatísticos acerca de percentuais da população envolvidos em campanha.

7 - Vila Pinho

A manutenção dos atendimentos fez com que a equipe no mês de setembro não conseguisse avançar em ações que exigem realização simultânea, como reuniões com a rede e ações de divulgação do programa. A ampliação da equipe deverá normalizar o desempenho quantitativo no território.

8 - Primeiro de Maio

A manutenção dos atendimentos fez com que a equipe no mês de setembro não conseguisse avançar em ações que exigem realização simultânea, como reuniões com a rede e ações de divulgação do programa. A composição da equipe com estagiários, ocorrida ainda em setembro, deverá contribuir para a normalização dos patamares numéricos.

9 - Cabana do Pai Tomás

A equipe apontou para um baixo acesso das pessoas ao programa em um número elevado de atendimentos que foram agendados e que as pessoas não compareceram. A equipe do programa, gestão social e supervisão metodológica construíram um Plano de Acompanhamento com a definição de ações, etapas e prioridades visando intervir no cenário de baixo acesso da comunidade ao PMC.

10 - Nova Contagem

A equipe sinalizou o não comparecimento das pessoas aos atendimentos agendados, havendo 18 casos novos e apenas 6 retornos. Um dos fatores apresentados foi o envolvimento das pessoas no trabalho para campanha política. Trata-se da percepção da equipe técnica, não havendo dados estatísticos que comprovem a afirmação.

11- Jardim Canaã

A equipe apontou a necessidade de investir na divulgação do PMC no território, considerando que a demanda apresentada ao programa é espontânea. O baixo atendimento, portanto, deveu-se à falta de conhecimento da comunidade a respeito da reativação dos programas.

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados a sede administrativa da entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Nº e Nome do indicador: 1.2 Percentual de casos atendidos em mediação de conflitos que chegaram à solução pacífica

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	90,5%	100%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O percentual previsto na meta para o período avaliatório é de 90,50% de casos encerrados com solução pacífica foi plenamente atingido. Em agosto e setembro foram encerrados 10 casos de Mediação de Conflitos, sendo que 10 alcançaram solução pacífica, o que corresponde a 100% dos casos. Ou seja, dentre as demandas de conflitos apresentadas ao programa desenvolvidas com o auxílio da estratégia da mediação, todas foram trabalhadas de forma positiva entre os participantes, com intervenção contínua das equipes, de modo que foram finalizadas com resolução dos impasses. Segue abaixo a tabela de resultados referente ao período por Centro de Prevenção:

MUNICÍPIO	CPC	2016		Setembro		
		Agosto	Agosto	Setembro	Setembro	
		Encerrados em mediação	Solução Pacífica	Encerrados em mediação	Solução Pacífica	
1	BELO HORIZONTE	CABANA PALTOMAS	0	0	0	0
2	BELO HORIZONTE	CO. ESPERANÇA VILA CEMIG	0	0	0	0
3	BELO HORIZONTE	JARDIM FELICIDADE	0	0	0	0
4	BELO HORIZONTE	JARDIM LEBLON	0	0	0	0
5	BELO HORIZONTE	MINAS CAIXA	0	0	0	0
6	BELO HORIZONTE	MORRO DAS PEDRAS	0	0	0	0
7	BELO HORIZONTE	PEDREIRA PRADO LOPES	0	0	0	0
8	BELO HORIZONTE	PRIMEIRO DE MAIO	1	1	0	0
9	BELO HORIZONTE	RIBEIRO DE ABREU	0	0	0	0
10	BELO HORIZONTE	SANTA LÚCIA	0	0	0	0
11	BELO HORIZONTE	SERRA	0	0	0	0
12	BELO HORIZONTE	TAQUARIL	0	0	0	0
13	BELO HORIZONTE	VILA PINHO	0	0	0	0
14	BETIM	CITROLÂNDIA	0	0	1	1
15	BETIM	JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0
16	BETIM	JARDIM TERESÓPOLIS	2	2	2	2
17	BETIM	PTB	0	0	2	2
18	CONTAGEM	NOVA CONTAGEM	1	1	0	0
19	CONTAGEM	RESSACA	0	0	0	0
20	GOV. VALADARES	CARAPINA	0	0	0	0
21	GOV. VALADARES	TURMALINA	0	0	0	0
22	IPATINGA	BETÂNIA	0	0	0	0
23	MONTES CLAROS	CRISTO REIS	0	0	0	0
24	MONTES CLAROS	SANTOS REIS	0	0	1	1
25	RIB. DAS NEVES	JUSTINÓPOLIS	0	0	0	0
26	RIB. DAS NEVES	ROSANEVES	0	0	0	0
27	RIB. DAS NEVES	VENEZA	0	0	0	0
28	SANTA LUZIA	PALMITAL	0	0	0	0
29	SANTA LUZIA	VIA COLÉGIO	0	0	0	0
30	UBERLÂNDIA	JARDIM CANAÃ	0	0	0	0
31	UBERLÂNDIA	MORUMBI	0	0	0	0
32	VESPASIANO	MORRO ALTO	0	0	0	0
		TOTAL	4	0	0	6
		TOTAL MÊS	4	4	6	6
		%		100%		100,00

Para que haja solução pacífica de conflitos, o tempo transcorrido é fator de relevância. Ele interfere para que o método de mediação possa se desenvolver e as pessoas possam se engajar na busca de alternativas pacíficas para resolução de seus impasses. Assim, os casos que se iniciaram como demanda de mediação ainda têm sido vivenciados pelos seus principais protagonistas, observando-se atualmente uma evolução significativa de solução

pacífica dos mesmos em relação ao período anterior. Neste sentido, há vários casos de mediação em andamento, havendo muitos outros casos em aberto cuja solução pacífica demanda tempo, justificando-se de tal forma o número absoluto reduzido de apenas 10 casos solucionados.

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pela unidade da equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Nº e Nome do indicador: 2.1 Média de participação mensal de jovens no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	11.200	8868

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Este indicador visa mensurar a capacidade do programa Fica Vivo! incentivar a participação dos jovens nas formas de atendimento individual, projetos de circulação e oficinas. As três modalidades de atendimento são mensuradas por relatórios quantitativos, listas de presença nas atividades de oficinas e lista de atendimentos individuais, sendo que o indicador é composto pelo número absoluto de jovens participantes mensalmente das três modalidades de atendimento ofertadas.

Os dados foram encaminhados mediante a apresentação de relatórios consolidados por cada um dos Centros de Prevenção à Criminalidade de base local, sendo dois relatórios por CPC, um referente ao mês de agosto e outro relativo ao mês de setembro de 2016.

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial e estão à disposição desta comissão de avaliação.

Importante sublinhar que:

- Para se aferir a participação mensal há que se considerar a participação do jovem em projetos de circulação, atendimentos individuais e oficinas;
- A aferição é efetuada por mês individualmente considerado.

O indicador é constituído da média mensal de atendimentos, sendo que aplicada a fórmula, alcançamos o resultado de 8868 para o indicador. A meta prevista é de 11.200 atendimentos mensais.

Abaixo, apresentamos uma tabela com quantificação dos atendimentos por mês, por Centro de Prevenção à Criminalidade. Os Centros de Prevenção à Criminalidade são apresentados em ordem alfabética:

Número de participação mensal dos jovens no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

CPC	N. de jovens atendidos em agosto	N. de jovens atendidos em setembro
Betânia	306	303
Cabana	442	439
Canãa	76	83
Carapina	119	124
Cidade Cristo Rei	153	169
Citrolândia	327	354
Jardim Alterosas	201	203
Jardim Felicidade	262	301
Jardim Leblon	176	199
Jardim Teresópolis	262	274
Justinópolis	157	188
Minas Caixa	205	198
Morro Alto	369	419

Morro das Pedras	517	563
Morumbi	238	271
Nova Contagem	344	385
Palmital	437	367
PPL	223	213
Primeiro de Maio	198	186
PTB	322	352
Ressaca	72	76
Ribeiro de Abreu	228	263
Rosaneves	361	336
Santa Lúcia	210	200
Santos Reis	265	332
Serra	315	324
Taquaril	435	431
Turmalina	452	420
Veneza	298	312
Via Colégio	353	383
Vila Cemig	236	249
Vila Pinho	132	128
TOTAL:	8691	9045

Percebe-se que, de forma geral, o número sofreu um aumento discreto de um mês para o outro, acompanhando a tendência de cada vez mais alcançar a adesão dos jovens em relação ao programa.

Alguns CPC's sofreram queda de atendimento, o que pode ser facilmente atribuída às variações na dinâmica criminal dos territórios (toques de recolher, disputas entre gangues, dificuldade e insegurança na circulação), conforme apontado nos relatórios consolidados. As reduções foram identificadas nos CPC's Betânia (1%), Minas Caixa (3,4%), Palmital (19%), Pedreira Padro Lopes (4,5%), Primeiro de Maio (6%), Rosaneves (6,9%) e Santa Lúcia (4,7%).

Importante ainda ressaltar que há oficinas a serem implantadas para que se alcance o número máximo pactuado com o OEP que é de 466.

Os relatórios consolidados compõem o acervo documental disponível para análise da comissão de avaliação do termo de parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pelo CPC e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Nº e Nome do indicador: 2.2 Número de relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	2	2

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O relatório descritivo de gestão de oficinas é um instrumento de sistematização de informações operacionais e se refere a toda operação relativa à execução das oficinas nos territórios.

Foram elaborados 2 relatórios que contemplaram:

- número de oficinas (por CPC, município e geral);
- percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde e noite);
- percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional);
- percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associação comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Centro de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros);
- número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por CPC, município e geral);
- número de oficinairos (por CPC, município e geral);
- percentual de oficinairos (por CPC, município e geral);
- percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por CPC, município e geral);
- número de jovens em oficinas (por CPC, município e geral);
- número absoluto de jovens em oficinas (por CPC, município e geral);
- média de jovens por oficina (por CPC e geral);
- perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade);
- frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral).

Apresentamos abaixo a síntese do acompanhamento nas nuances consideradas essenciais. Tal síntese foi construída a partir de comparações entre resultados identificados nos relatórios analíticos referentes aos meses de agosto e setembro de 2016.



Número de oficinas implantadas por CPC

CPC	QUANTIDADE DE OFICINAS IMPLANTADAS EM AGOSTO	QUANTIDADE DE OFICINAS IMPLANTADAS EM SETEMBRO
BETÂNIA	12	12
CABANA PAI TOMÁS	21	21
CARAPINA	5	5
CIDADE CRISTO REI	10	10
CITROLÂNDIA	15	15
CONJ. ESPERANÇA/VILA CEMIG	9	9
JARDIM CANAÃ	3	3
JARDIM DAS ALTEROSAS	6	6
JARDIM FELICIDADE	14	14
JARDIM LEBLOM	10	10
JARDIM TERESÓPOLIS	16	16
JUSTINÓPOLIS	6	6
MINAS CAIXA	7	7
MORRO ALTO	11	12
MORRO DAS PEDRAS	27	26
MORUMBI	5	5
NOVA CONTAGEM	16	16
PALMITAL	19	19
PPL	14	14
PRIMEIRO DE MAIO	9	9
PTB	14	14
RESSACA	5	5
RIBEIRO DE ABREU	14	17
ROSANEVES	14	14
SANTA LÚCIA	10	9
SANTOS REIS	16	16
SERRA	20	20
TAQUARIL	19	19
TURMALINA	18	18
VENEZA	14	14
VIA COLÉGIO	12	12
VILA PINHO	7	7
TOTAL	398	400

Número oficinas implantadas por município

Município	Número de oficinas implantadas em agosto	Número de oficinas implantadas em setembro
Belo Horizonte	181	182
Betim	51	51
Contagem	21	21
Governador Valadares	23	23
Ipatinga	12	12
Montes Claros	26	26
Ribeirão das Neves	34	34
Santa Luzia	31	31
Uberlândia	8	8
Vespasiano	11	12
TOTAL	398	400

Não houve variação percentual relevante em termos de percentual de oficineiros por território ou em termos de número absoluto de oficineiros por território. Os padrões do período avaliatório anterior foram mantidos, inclusive no que concerne ao perfil de oficineiros, que continua, em sua grande maioria, sendo composto por pessoas do sexo masculino (83,9%).

No que tange aos locais em que as oficinas se desenvolvem não houve variação percentual que mereça destaque, sendo que a maior parte das oficinas transcorre em locais gratuitamente cedidos, conforme os últimos dados do mês de setembro (quadras e campos – 28,9% ; escola ou creche – 26,9%; associação – 12%; igreja – 5,9%; Centro de Referência de Assistência Social – 5,2%; rua – 4,7%; centro comercial ou comunitário: 3,4%; CPC – 2,7%; local alugado: 2,5%; casa do oficineiro – 1,2%; realização itinerante: 0,7%).

Os números foram encaminhados por meio dos relatórios consolidados fornecidos pelos gestores dos centros de prevenção à criminalidade de base local e compõem o acervo de comprovações à disposição dos membros da comissão de avaliação do termo de parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios elaborados e entregues à supervisão do Termo de Parceria por email.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA**Nº e Nome do indicador: 3.1 Penas monitoradas pelo Programa CEAPA (Penas Monitoradas + Novas Penas)****Resultados alcançados no período avaliatório**

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	10.000	9.203

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Este indicador é composto pelo somatório das penas que já eram monitoradas no período avaliatório anterior, somadas ao número de novas penas e medidas alternativas encaminhadas pelo Poder Judiciário no período avaliatório em questão. O resultado do período foi de 9.203, enquanto a meta proposta é de 10.000. Abaixo, apresentamos de forma mais detalhada a composição do resultado, considerando penas já monitoradas e novas penas e medidas alternativas.

Composição do indicador 3.1. por CPC

Centro de Prevenção	Nº de PMAs ativas monitoradas em 31/07/16 que migraram para o atual período avaliatório	Novas PMAs agosto	Novas PMAs setembro	Total do período
Araguari	112	15	21	148
Belo Horizonte	2880	314	403	3597
Betim	308	41	20	369
Contagem	223	82	102	407
Governador Valadares	463	49	42	554
Ipatinga	585	71	96	752
Juiz de Fora	952	74	78	1104
Montes Claros	455	41	26	522
Ribeirão das Neves	262	14	19	295
Santa Luzia	368	80	66	514
Uberaba	10	16	11	37
Uberlândia	505	108	57	670
Vespasiano	200	19	15	234
Total	7.323	924	956	9.203

Cálculo: 7.323 (PMAs que migraram para o atual período avaliatório) + 924 (novas PMAs de agosto) + 956 (Novas PMAs de Setembro) = 9.203

De forma geral, a meta não foi atendida considerando-se os seguintes aspectos:

- existe uma relação direta entre este indicador e a relação do programa com o sistema de justiça criminal;
- após o período de transição entre OSCIP's houve a necessidade de atender os casos paralisados ou pendentes de atendimento (agendados, mas não atendidos em razão da transição);
- para retomada dos atendimentos, as equipes técnicas priorizaram a organização dos fluxos de trabalho e os contatos com a rede, sendo que esta organização interna foi prejudicada pelo não preenchimento das vagas em sua totalidade no primeiro processo seletivo, bem como pela já narrada situação de morosidade de contratação dos estagiários, dado o período de recesso escolar seguido pela necessidade de observância dos fluxos administrativos internos que são próprios das instituições de ensino superior;
- em razão da transição (suspensão de atividades), muitos juizes optaram por aplicar medidas alternativas não acompanhadas pelo programa CEAPA, tais como as penas pecuniárias, em detrimento da prestação de serviços e dos projetos temáticos.

Embora a meta não tenha sido atingida na integralidade, identificamos que houve avanços e mobilizações por parte das equipes dos CPC's. Apresentamos abaixo alguns fatores e externalidades que prejudicaram essa meta, por CPC:

1) **Araguari:** a equipe ainda tem se empenhado no processo de sensibilização do Sistema de Justiça Criminal para o aumento do encaminhamento das alternativas penais monitoradas, na perspectiva de regularizar o número de casos acompanhados e qualificar o acompanhamento às alternativas penais encaminhadas, que se tumultuaram desde o mês de maio/2016, já que o município que fazia o acompanhamento e monitoramento dos casos de comparecimento mensal obrigatório, efetuou a devolução dos casos.

2) **Betim:** Em setembro não houve realização de audiências admonitórias por uma semana no município, impactando, conseqüentemente, no número de novos casos encaminhados para acompanhamento no programa.

3) **Governador Valadares:** A Vara de Execuções Criminais diminuiu consideravelmente o número de encaminhamentos no período que compreende esta avaliação. A situação se deu em virtude da falta de um Juiz referenciado na VEC, necessitando temporariamente da cooperação do Juiz da 3ª Vara Criminal, impactando na diminuição do número de audiências realizadas no período.

4) **Montes Claros:** Por três dias consecutivos o Centro de Prevenção à Criminalidade teve suas atividades suspensas em decorrência da falta de água no prédio e a conseqüente inviabilização da oferta do serviço aos usuários da CEAPA.

5) **Santa Luzia:** Com a devolução dos casos de Pena Pecuniária no período de transição do termo de parceria houve um declínio no número de casos acompanhados pelo programa do município. Atualmente a equipe trabalha na construção de projetos temáticos como acréscimo de alternativas ao Sistema de Justiça e aumento do número de casos em acompanhamento.

6) **Uberlândia:** Houve redução do número de novas penas recebidas, especialmente no mês de setembro, em reflexo à igual diminuição de audiências realizadas pelo Juizado Especial do município.

Podemos citar as seguintes articulações em curso para ampliar o nº de novas PMAs monitoradas:

- Em Araguari tem sido realizada articulação com as Varas Criminais para o recebimento de casos para os Grupos de Responsabilização de homens acusados e processados por delitos da Lei Maria da Penha. Já foi desenvolvido um projeto nessa temática e o Promotor responsável sinaliza o encaminhamento de mais casos.
- Em Betim existe articulação em curso com o Juizado Especial Criminal para encaminhamento de casos para os Projetos de Execução de Alternativas Penais sobre Drogas, trânsito e Múltiplas violências.
- Em Ribeirão das Neves serão realizadas reuniões com o Juizado Especial Criminal e Varas Criminais para o maior encaminhamento de casos para os Projetos de Execução de Alternativas Penais e casos de medidas cautelares diversas da prisão.
- Em Santa Luzia tem sido realizada articulação com as Varas Criminais para o recebimento de casos para os Grupos de Responsabilização de homens acusados e processados por delitos da Lei Maria da Penha.
- Em Uberaba serão ampliadas as articulações junto às Varas criminais para encaminhamentos dos casos da Lei Maria da Penha e de casos de medidas cautelares diversas da prisão.
- Em Vespasiano já foi fechado fluxo com a Vara de Execuções Penais e Ministério Público para o recebimento de casos para os Grupos de Responsabilização de homens acusados e processados por delitos da Lei Maria da Penha.

Os relatórios consolidados em que constam as informações compõem o acervo probatório deste relatório e se encontram à disposição da comissão de avaliação do termo de parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA**Nº e Nome do indicador: 3.2 Percentual de cumprimento integral das penas e medidas alternativas acompanhadas pelo Programa CEAPA****Resultados alcançados no período avaliatório**

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	90%	96,98%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Este indicador deriva da razão obtida entre o total de penas cumpridas no período avaliatório e o total de penas acompanhadas no período avaliatório. O resultado alcançado foi de 96,98%, tendo sido superada a meta constante para o indicador que é de 90%.

Abaixo, apresentamos informações que nos permitem melhor visualizar os resultados, por CPC.

Índice de cumprimento de penas e medidas alternativas por CPC

CPC	Total de penas monitoradas no período avaliatório	Penas descumpridas em agosto/16	Penas descumpridas em setembro/16	Índice de cumprimento (%)
Araguari	148	0	7	96,98
Belo Horizonte	3597	35	51	
Betim	369	0	0	
Contagem	407	0	2	
Governador Valadares	554	20	24	
Ipatinga	752	6	6	
Juiz de Fora	1104	5	12	
Montes Claros	522	5	2	
Ribeirão das Neves	295	5	3	
Santa Luzia	514	8	6	
Uberaba	337	5	15	
Uberlândia	670	6	52	
Vespasiano	234	0	3	
Total	9.203	95	183	

Somadas as penas descumpridas, temos que do total foram cumpridas 8.925, o que nos permite apontar o percentual de cumprimento de 96,98%.

Os relatórios consolidados fornecidos pelos gestores compõem o acervo comprobatório deste documento e estão à disposição para análise da comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional**Nº e Nome do indicador: 4.1 Número de egressos inscritos no Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional- PrEsp****Resultados alcançados no período avaliatório**

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	516	823

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Como é cediço, o público-alvo do Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional é o egresso do sistema prisional, conforme o artigo 26 da Lei Federal 7.210/84, bem como pessoas em execução de pena em regime aberto e cumprimento de prisão domiciliar, de acordo com a determinação judicial. Para fins deste indicador, consideram-se número absoluto dos egressos inscritos no programa. Neste sentido, considera-se inscrita a pessoa cujo acolhimento inicial foi realizado pela equipe técnica e proporcionou oportunidades de aproximação e criação de vínculos com o Programa. A inscrição deve ser formalizada por meio do preenchimento de um formulário específico, que possibilita o registro dos dados sociais e demográficos, informações psicossociais e jurídicas, bem como outras demandas que poderão se desdobrar em planos de acompanhamento individualizados. São fontes de comprovação do indicador os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade - CPC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC, que compõem o acervo comprobatório deste relatório.

Com base nos relatórios recebidos, a instituição calculou indicador, que se perfaz em um número absoluto. A meta para o resultado é de 516 inscrições, tendo sido alcançado o montante de 823, o que indica que a meta foi cumprida.

Abaixo, a discriminação de novos inscritos nos meses do período avaliatório e por CPC.

Novos inscritos no PrEsp em agosto e setembro de 2016 por CPC

CPC	Novos inscritos no mês de agosto	Novos inscritos no mês de setembro
Betim	56	26
Belo Horizonte	86	73
Contagem	23	31
Governador Valadares	33	20
Ipatinga	32	27
Juiz de Fora	48	37
Montes Claros	28	20
Neves – Centro	44	29
Santa Luzia	22	16
Uberaba	23	16
Uberlândia	49	84
Total mensal:	444	379
TOTAL FINAL DO PERÍODO		823

Observa-se que o número de inscritos ainda se manteve alto, principalmente pelo mês de agosto, que demonstrou uma média elevada. Conforme dados históricos do programa, a média de atendimentos mensais gira entre 250 e 300 novos inscritos. O patamar de atendimentos tende a cair e se estabilizar depois do atendimento de toda a demanda reprimida decorrente da paralisação das atividades do programa.

Os relatórios consolidados, enviados pelas equipes técnicas, como já se disse, compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Nº e Nome do indicador: 4.2 Número de atendimentos realizados pelo Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	3430	3941

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Este indicador objetiva dimensionar a demanda apresentada por atendimentos/orientação por parte dos usuários e familiares ao Programa (atendimentos/ orientação psicossocial a usuários, atendimentos/ orientação jurídica a usuários, atendimentos /orientação a familiares de usuários e atendimentos/ orientação em visitas domiciliares), bem como mensurar a oferta deste serviço pelas equipes técnicas. São considerados os atendimentos realizados pela equipe técnica do Programa, de acordo com as respectivas áreas de formação profissional que visem:

- Intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco, a vitimização e a reincidência criminal;
- Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio sócio comunitário;
- Possibilitar a inclusão no mercado formal de trabalho e fomentar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda para o público atendido;
- Promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Tanto os resultados alcançados, como as metas definidas relativas a este indicador são cumulativas ao longo dos períodos avaliatórios, ou seja, seus valores alcançados e definidos são resultado da soma entre os valores de cada período avaliatório e dos períodos anteriores dentro de cada ano.

Neste período avaliatório específico, que compreende o tempo compreendido entre 01 de agosto e 30 de setembro de 2016, a meta de 3.430 atendimentos foi cumprida e superada, tendo sido efetuados 3.941 atendimentos no período avaliatório.

Abaixo, apresentamos de forma pormenorizada os números de atendimento por CPC:

Atendimentos realizados pelo PrEsp em agosto e setembro de 2016 por CPC

CPC	Atendimentos Realizados Mês Agosto	Atendimentos Realizados Mês Setembro
Betim	127	59
Belo Horizonte	157	263
Contagem	75	42
Governador Valadares	71	87
Ipatinga	161	202
Juiz de Fora	346	328
Montes Claros	241	204
Neves – Centro	122	74
Santa Luzia	164	170
Uberaba	306	263
Uberlândia	182	297
Total mensal	1952	1989
TOTAL FINAL DO PERÍODO		3941

Neste período avaliatório a meta foi superada levando-se em consideração que foram 2 (dois) meses inteiros de realização de atendimentos, diferente do que ocorreu no período avaliatório anterior, em que o atendimento ocorreu apenas durante 9 dias do mês de junho (do dia 21 ao dia 30 de junho). Além disso, a superação da meta foi

motivada também pelo alto número de inscritos, que acabou resultando no maior fluxo e no maior número de atendimentos.

São fontes de comprovação do indicador os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC, que compõem o acervo comprobatório deste relatório.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a CPEC.



Área Temática: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade

Nº e Nome do indicador: 5.1 Percentual de participação das equipes técnicas de gestão e supervisão nas capacitações

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	100%	97,14%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O edital de concurso de projetos que resultou na assinatura do Termo de Parceria n. 35 de 2016 prevê a realização da capacitação trimestral dos gestores sociais e supervisores metodológicos, no terceiro período avaliatório.

Esta capacitação foi realizada com vistas a contribuir para o aprimoramento de competências das equipes de gestão e supervisão, garantindo um maior envolvimento e responsabilidade com os objetivos da política.

Todos os supervisores (8) e 26 dos 27 gestores sociais contratados compareceram à capacitação, conforme pode ser verificado pela lista de presença. Apenas uma gestora deixou de comparecer à capacitação no período da manhã do dia 27 de setembro por motivos pessoais. Desta forma, dos 35 profissionais que deveriam comparecer, 34 o fizeram de forma integral. A meta é de 100% e foi alcançado o resultado de 97,14%.

A 1ª Capacitação de Gestores e Supervisores aconteceu entre os dias 27 e 28 de setembro de 2016, no Espaço Grupo Ideal, endereço: Rua Juiz de Fora, 231 A, Barro Preto, Belo Horizonte – Minas Gerais. Segue abaixo a programação do evento:

PROGRAMAÇÃO

Dia 27/09/2016

08h30 - 09:00: Welcome coffee

9h às 9h30: Abertura

9h30 às 12h30:

- Alinhamentos e apontamentos – novos rumos do Termo de Parceria n. 35 de 2016

12h30 às 14h: almoço

14h às 18h: Palestra/Conferência:

- As marcas traumáticas da história do Brasil e a acumulação social da violência

Palestrante: Dra. Jaqueline Gomes de Jesus

A professora tratou em sua conferência acerca dos processos históricos de exclusão que levam à uma posição de marginalidade e à criação de diversos estigmas. A capacitação chamou a atenção para as formas simbólicas e lingüísticas dos processos de violência.

Dia 28/09/2016

8h30 – 09h: Welcome coffee

9h às 12h: Palestra/Conferência:

- Aspectos Comportamentais da Gestão de Pessoas e Liderança

Palestrante: Danuza Coutinho

A palestrante abordou o papel do gestor social na construção de redes e da sua função de liderança na construção de soluções e de intervenções que possam gerar impactos para a consolidação de uma cultura de paz.

12h às 13h: almoço

13h às 15h: Aplicação do teste MTBI

O teste que é uma ferramenta bastante utilizada para se conhecer o perfil de liderança de um sujeito foi aplicado com a supervisão de um psicólogo clínico, com registro no Conselho Regional de Psicologia. O resultado e as explicações acerca do teste foram encaminhados aos gestores sociais por e-mail.

As listas de presença compõem o acervo comprobatório deste documento e estão à disposição para análise da comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presença das capacitações e seminários.



Área Temática: Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade

Nº e Nome do indicador: 6.1 Número de relatórios analíticos dos CPCs de base local

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	32	32

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Relatório Analítico de Centro de Prevenção à Criminalidade - CPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à criminalidade - CPC de base local. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos pelos Centro de Prevenção à Criminalidade - CPC de base local como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos gestores da Política de Prevenção Especial à Criminalidade acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação dos Centros de Prevenção à criminalidade - CPC de base local. Tanto a meta como o resultado deste indicador apresentam características cumulativas.

A meta de 32 relatórios foi alcançada para período.

Tais relatórios se encontram à disposição do OEP e desta comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail para a CPEC com lista de relatórios elaborados no terceiro período avaliatório.



Área Temática: Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade

Nº e Nome do indicador: 6.2 Plano de Acompanhamento e Avaliação Contínua de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	1	1

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta foi alcançada pela OSCIP e o documento foi entregue no prazo, conforme e-mail de encaminhamento datado de 30 de setembro de 2016.

A construção de um Plano de Acompanhamento e Avaliação Contínua de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade (indicador 6.2 do Plano de Trabalho do Termo de Parceria n. 35 de 2016, assinado entre a OSCIP e a Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, atualmente denominada Secretaria de Segurança Pública (SESP), por força da reforma administrativa advinda da Lei n. 22.257 de 27 de julho de 2016, tem como objetivo principal sistematizar informações e ações e com isso permitir o acompanhamento, a avaliação e a intervenção nos cenários das criminalidades e violências que compõem a dinâmica criminal dos territórios contemplados pelos CPC's de base local. O plano de acompanhamento e avaliação contínua é um indicador que se apresenta do segundo ao quinto período avaliatório do termo de parceria.

À evidência, o plano é um retrato do território em um dado momento (diagnóstico), acoplado à proposta de intervenções para que aquele cenário seja mudado. Conforme a descrição do indicador, o plano deve conter registros de fatos e fenômenos sociais percebidos nas áreas de abrangência para que sejam providenciados encaminhamentos em relação ao que é percebido.

Para a produção do relatório, a equipe técnica da base local deverá:

- Registrar a situação social de violências e criminalidades nas áreas de abrangência dos CPC's de base local;
- Analisar a situação de violência e criminalidades nas áreas de abrangência dos CPC's de base local;
- Apontar as vulnerabilidades do público atendido pelos programas de prevenção à criminalidade;
- Apresentar propostas de melhoria que considerar cabíveis.

Neste plano, partimos do que foi planejado anteriormente em termos de propostas de intervenção (período avaliatório 2) e consideramos as alterações no cenário vivenciado (impactos e resultados).

Assim, o documento apresentado demonstra o diagnóstico de metas e ações realizadas nos territórios (dificuldades, potencialidades e impactos até então percebidos); bem como um plano de intervenções (propostas de inovações, encaminhamentos, prazos, resultados esperados).

A construção do plano dá-se sempre a partir das informações constantes dos relatórios analíticos de dinâmica criminal fornecidos pelos diferentes centros de prevenção de base local.

Propicia-se assim uma série de registros e informações valiosas, especialmente para que se possa amadurecer quanto à escolha de indicadores de efetividade da política de prevenção.

A avaliação e o acompanhamento propostos, juntamente com o registro de informações de maneira sistematizada são de extrema importância para garantir a continuidade dos programas e para que se possa alocar os recursos de forma eficiente.

No documento apresentado, foram qualificadas a maior parte das informações, embora haja territórios em que a comunidade ainda se mantém silenciosa acerca das dinâmicas criminais envolvidas na conformação das violências. Percebe-se, de forma geral, o esforço das equipes técnicas em monitorar a situação de cada um dos territórios e em trazer de forma cada vez mais detalhada as informações.

A título de exemplificação, destacamos os aspectos que compõem as violências e criminalidades em alguns territórios, bem como seus respectivos encaminhamentos:

1) Território Cabana do Pai Tomás:

Pontos diagnosticados no 3º período avaliatório	Proposições
Acirramento das rivalidades entre "XXXX" e "XXXX", em razão da disputa pela região conhecida como "XXXX", para venda de drogas. Pelos oficineiros, as equipes tomaram conhecimento de que há uma nova configuração na região dos Ratos, que se antes eram voltados à prática de crimes patrimoniais, voltou-se ao tráfico de drogas. Percebe-se também uma ligação entre este grupo e outro grupo da região de Contagem conhecida como "XXXXX". *	Aumentar a circulação da equipe pela região para acompanhar a atuação dos oficineiros e qualificar melhor as informações.
Um homicídio ocorrido em julho, ainda sem informações qualificadas à época, após maiores desdobramentos, está ligado à rivalidade entre o grupo XXXX e XXXX. *	Acompanhamento junto ao GIE.
Ligação entre XXXXX e região do XXXX em Ribeirão das Neves: A disputa do tráfico ao que tudo indica está gerando rivalidade entre grupos das duas regiões. *	As equipes das duas regiões irão acompanhar possíveis desdobramentos.

* nomes e designações foram omitidos neste documento por questões de segurança

2) Território Justinópolis:

Principais pontos diagnosticados no 2º período avaliatório	Ações propostas para o 3º período avaliatório	Acompanhamento dado
Presença de transporte clandestino na cidade de Ribeirão das Neves, haja vista a má qualidade do transporte público,	Analisar esta informação e de como ela eventualmente se relacione com a criminalidade	Sem informação para o período
Pobreza gritante da região da Mina (saneamento, pavimentação, esgoto aberto) e grande dificuldade de acesso dos moradores a serviços básicos	Implantação de oficina na região a fim de criar canal mais qualificado de interlocução	Diagnosticado o conflito entre a comunidade da Mina e a comunidade da Maré. Muita fragilidade gerada em razão da ausência de políticas públicas.
Intensa dinâmica criminal no bairro Braúnas	Qualificar melhor a informação	Rivalidade com a região do Landi
Vinculação entre o Fica Vivo! E a ação policial no salão de beleza de um oficineiro	Discussão da situação com GEPAR	Sem informação neste período avaliatório



3) Território Morro das Pedras

Principais pontos diagnosticados no 2º período avaliatório	Ações propostas para o 3º período avaliatório	Acompanhamento dado
Verificar situação da Vila Ventosa	Qualificar informação	Verificada a ocorrência de violência na região conhecida como Caçambas. Também foi constatada a influência de mulheres no tráfico. Identificada a baixa perspectiva de jovens e adolescentes quanto à circulação e acesso à cidade, além de violência de gênero, uso abusivo de drogas e fragilização de vínculos familiares e comunitários.
Verificar situação no Morro das Pedras	Qualificar as informações	Verificada a transmissão geracional de rivalidades violentas; participação de adolescentes e jovens em conflitos armados envolvendo grupos rivais; constatado o uso abusivo de álcool e drogas

O plano em sua integralidade compõe o acervo documental deste relatório e se encontra ao dispor desta comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador:

Plano encaminhado ao OEP

Área Temática: Gestão da entidade parceira

Nº e Nome do indicador: 7.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	100%	83,90%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Em 20/10/2016 foi realizada a Checagem Amostral dos processos de compras, contratação de serviços, contratação de pessoal e prestação de contas de viagens a trabalho.

Após constatadas irregularidades, em 08/11/2016 foi realizada a Checagem de Efetividade, que resultou na nota apresentada acima.

De um universo de 87 processos analisados, 73 foram considerados regulares, sendo que, dos irregulares, 11 se referem a processos de contratação de pessoal em que não foi observado o art. 28 do Regulamento de Compras e Contratações da Instituição, tendo em vista que compreenderam apenas 02 etapas avaliatórias, e não 03. Dos 11 processos, 10 eram de contratação de estagiários e 1 de contratação de pessoal.

Os demais processos, 03, eram de contratação de serviços.

O cumprimento da amostra foi de 83,90%, portanto, nota 6.

Fonte de comprovação do indicador

Relatório de Checagem Amostral e Relatório de Efetividade elaborados pela Comissão Supervisora do Termo de Parceria em conjunto com os seus assessores.

Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Nº e Nome do indicador: 8.2 Número de pessoas beneficiárias dos programas encaminhadas a empregos formais

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	150	0

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A OSCIP em relação ao indicador 8.2 não alcançou a meta de 150 pessoas encaminhadas para vagas de ocupação formal até 30 de setembro de 2016.

Neste sentido, é necessário fazer os apontamentos atinentes, a fim de que se possa ao final requerer a reconsideração do indicador.

Dos 4 programas de prevenção cuja execução é objeto do termo de parceria n. 35 de 2016, nenhum deles prevê em suas respectivas metodologias o desenvolvimento de ações de empregabilidade de forma direta, contando para isso com políticas públicas específicas de emprego e renda para o escopo de encaminhamento de usuários a vagas de emprego formal. Esta intervenção, portanto, deveria ser construída sem alteração das metodologias já consolidadas, porque a (re) discussão metodológica é uma tarefa complexa, que desafia a reflexão de todas as equipes, além de exigir a chancela do OEP – o que por si só demandaria tempo de que não dispõe a OSCIP até o encerramento do termo de parceria.

Por certo que, neste sentido, o cumprimento do indicador de encaminhamento a vagas de emprego formal deveria ocorrer considerando-se: a) a necessidade dos usuários quanto ao encaminhamento às vagas; b) a possibilidade desses usuários preencherem requisitos objetivos de ocupar postos de trabalho (idade e capacidade civil); c) a possibilidade do programa de construir soluções com a rede parceira para que o encaminhamento se desse de acordo com a fonte de comprovação exigida pelo termo de parceria. A partir das premissas enumeradas nos itens a, b e c, foi escolhido o programa para que a intervenção fosse efetuada, considerando todas as ponderações metodológicas realizadas pela equipe técnica e pelas diretorias do programas.

A escolha do programa deu-se por exclusão. O programa Fica Vivo! possui como usuários uma maioria de pessoas em menoridade para o trabalho (menor de 18 anos), bem como um público prioritário intensamente envolvido com as violências, o que traz o impedimento legal ou a grande dificuldade representada por convencer o jovem a deixar a criminalidade para buscar uma ocupação formal. O programa Mediação de Conflitos recebe um público que não tem como preocupação imediata ao acioná-lo encontrar uma vaga de emprego formal, já que a demanda trazida à equipe técnica é pelo solucionamento de litígios intersubjetivos e/ou comunitários. O Programa CEAPA por sua vez possui uma demanda mais baixa de emprego formal por parte de usuários, se comparado ao PrEsp. A maior parte dos usuários da CEAPA é de pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho, ao contrário dos usuários do PrEsp, que estavam encarcerados, a maioria sem qualificação, com baixa instrução e exposta ao estigma do aprisionamento. Desta forma, visando focar os esforços em apenas um único programa, foi eleito o PrEsp para foco das intervenções ligadas a este indicador. A demanda de emprego no PrEsp é mais forte em virtude da necessidade dos egressos do sistema prisional reorganizarem sua vida em liberdade.

Escolhido o programa, buscou-se entender como este encaminhamento vinha ocorrendo até então. A Diretoria do PrEsp, mais uma vez, ponderou que a metodologia do programa não abarcava a possibilidade de encaminhamento direto (pela própria equipe técnica do CPC) às vagas de emprego formal. Apesar de reconhecer que a oportunidade de trabalho é uma demanda presente e bem marcada entre os egressos do sistema prisional, a metodologia do PrEsp foi construída e definida, inclusive em documentos formais que delineiam a atuação do programa, de forma bem clara e no seguinte sentido: o encaminhamento a vagas de emprego formal deve ocorrer por intermédio de um parceiro que tenha como atividade fim este escopo. Outra alternativa seria que as equipes encaminhassem os usuários diretamente à OSCIP, para que esta fizesse o encaminhamento até a empresa, possibilidade que também

foi rechaçada em razão da necessidade de intervenção na metodologia do Programa, diante da necessidade de que os analistas sociais fizessem diretamente o atendimento com preenchimento de um formulário de encaminhamento com informações mínimas de qualificação e habilidades. Conforme vários e-mails trocados entre OEP e OSCIP e que fazem parte do acervo probatório deste relatório, tanto uma solução quanto a outra foram consideradas inviáveis pelo OEP.

Neste sentido, o equipamento público definido legalmente para a finalidade do encaminhamento às vagas de emprego formal é o SINE, que possui, por sua vez, postos de atendimento em rede estadual. A metodologia de trabalho do SINE se dá em duas principais frentes: (1) atendimento ao cidadão através do cadastro de seu currículo para que seu perfil seja cruzado com o perfil das vagas disponíveis; e (2) captação de empresas para disponibilizar vagas através de seu sistema.

Previu-se (OSCIP e OEP) que através dessas duas atividades principais, desenvolvidas pelo SINE, seria possível alcançar os objetivos do indicador, criando canais de comunicação e sensibilização com diversas empresas já aderidas ao parceiro. Todo o trabalho do IUUCI e dos CPCs seria de conhecer o trabalho do SINE e formalizar um fluxo efetivo de encaminhamento dos egressos a vagas de emprego, de forma a atender a fonte de comprovação requerida pelo indicador, que é a apresentação do comprovante de encaminhamento assinado pelo usuário, onde conste os dados da vaga, da empresa e da entrevista (conforme termo de parceria).

Embora tenha havido todo o esforço tanto da OSCIP quanto do OEP no sentido de criar um fluxo que permitisse a comprovação de encaminhamento de pessoas às vagas de ocupação formal, não foi possível adotar um modelo de documento comprobatório, haja vista os fatores externos que se impuseram.

O parceiro SINE, no que se refere a fluxo de funcionamento, não absorveu qualquer tipo de alteração que viesse a atender a meta do termo de parceria, em especial no que tange à fonte de comprovação, qual seja, a apresentação do comprovante de encaminhamento assinado pelo usuário em que constasse detalhamento da vaga, da empregadora e os dados do agendamento da entrevista.

O direcionamento das ações para o cumprimento do indicador foi definido em reunião com a diretoria do PrEsp, a supervisão metodológica do PrEsp e a Diretoria de Geração de Renda e Empregabilidade da OSCIP. Neste sentido, tentou-se formalizar um fluxo de informações que possibilitassem receber dados diversos do efetivo encaminhamento dos egressos às vagas de emprego de forma a atender os parâmetros de comprovação. O seguinte processo foi estabelecido com os CPCs Belo Horizonte, Betim, Contagem, Uberlândia, Uberaba e Juiz de Fora e seus respectivos parceiros locais:

- Passo 1: Atendimento, avaliação e decisão de encaminhamento do usuário ao SINE;
- Passo 2: Preenchimento do documento "Ficha de Encaminhamento" para apresentação do usuário no Sine;
- Passo 3: Preenchimento da "Planilha de acompanhamento" pela equipe PrEsp compartilhada no Google Drive entre CPCs e SINE;
- Passo 4: Disponibilização pelo SINE de atendentes especialmente treinados e direcionados para atender o público do PrEsp;
- Passo 5: Preenchimento da "Planilha de acompanhamento" pelo SINE com os resultados dos atendimentos;
- Passo 6: Controle e retorno dos resultados junto ao usuário;
- Passo 7: Controle e retorno da planilha e do documento comprobatório do encaminhamento efetivo ao emprego formal;

Diferentemente do que era esperado, o parceiro SINE não incorporou em seus procedimentos padronizados os campos de preenchimento obrigatório para a comprovação de cumprimento deste indicador. Destarte, embora os usuários tenham sido encaminhados a vagas de emprego formal, a comprovação do indicador não foi possível, em razão de um fator externo e incontornável (para a OSCIP e para o OEP). Abaixo, a título de ilustração, segue o formulário de encaminhamento "padrão" do SINE, demonstrando que os campos "nome da empresa", "detalhamento da vaga", "assinatura do usuário" e "dados do agendamento da entrevista" não estão presentes:



LEONARDO ABADIO BERNARDES DE MELO
Contador em: TRIANGULO DIVULGAÇÕES,

ENDEREÇO: R. JORNALISTA JOAO DE OLIVEIRA, 895, SUITA MONÇA, UBERLÂNDIA - MG
Tipo de Informação: ANTIGA 30 - NA MESMA RUA DO HOSPITAL MADRECOR
Número: 08:45 às 17:00 hrs - Período 12/08/2016 a 17/08/2016
Produto: E-Compromisso Agendar C/Laudior 9-8110-4203/rev e Cef. C/CEM.com univ/rev
Observação: e obrigatório ligar e agendar C/Laudior 9-8110-4203/rev e Cef. C/CEM.com univ/rev
Ocupação: PAISLETERO
Vaga n.º: 322356

À Empresa TRIANGULO DIVULGAÇÕES,

UBERLÂNDIA, 23 de Agosto de 2016.

Senhor(a) E Obrigatório Agendar C/Laudior 9-8110-4203/rev

Encaminhamos o candidato(a) LEONARDO ABADIO BERNARDES DE MELO, portador(a) do NS nº. 133 09727 95-9, e do CPF nº. 107.155.806-11, para concorrer à vaga de Paisletero, disponível no Portal MTE - Mais Emprego.
Após os procedimentos de avaliação, solicitamos a devolução da presente Carta, contendo o resultado do encaminhamento, para nos 1604 CONTROL.
Continuamos à disposição dessa Empresa e caso haja alguma necessidade de outros esclarecimentos, indicamos o telefone 031-32215200 da unidade integrante do Sistema Nacional de Emprego, responsável pela captação de sua vaga.

Agradecemos,

AMÉLIA SALVIANO DE SOUSA RAMOS
SINE UBERLÂNDIA/MS

RESULTADO DA SELEÇÃO - marque com 'x'

Resultado (preenchido pelo Empregador):

- Na ocupação - Data de Admissão: ____/____/____
- Em outra ocupação - Data de Admissão: ____/____/____

- Ocupação
- Trabalho por tempo ou condições especiais pelo empregador
- Trabalhador não atendeu às exigências de seleção
- Trabalhador já trabalhou na empresa e há dispensa de novo
- Trabalhador já trabalhou na empresa e há dispensa de novo
- Empresa não atendeu o trabalhador
- Candidato em processo de seleção
- Vaga cancelada pelo empregador
- Vaga preenchida por outro trabalhador
- Vaga preenchida por outras fontes
- Turma Cancelada

Obs:

Assine e carimbe

TRIANGULO DIVULGAÇÕES
10.251.237-0/001-04



LEONARDO ABADIO BERNARDES DE MELO
Contador em: BRF,

ENDEREÇO: AV. CORONEL JOSE TEOPILO CARNEIRO, 1301, SAO JOSE, UBERLÂNDIA - MG
Número: 08:00 às 17:10 hrs - Período 12/08/2016 a 17/08/2016
Produto: Entrevista Na Empresa 08:00 Ou As 13:00
Observação: na empresa no setor de ATRACÃO E seleção DE 2ª A 5ª às 08:00 e as 13:00 hrs, levar cópia do CPF E currículo.
Ocupação: OPERADOR DE PROCESSO DE PRODUÇÃO
Vaga n.º: 322356

À Empresa BRF,

UBERLÂNDIA, 23 de Agosto de 2016.

Senhor(a) Entrevista Na Empresa 08:00 Ou As 13:00.

Encaminhamos o candidato(a) LEONARDO ABADIO BERNARDES DE MELO, portador(a) do NS nº. 133 09727 95-9, e do CPF nº. 107.155.806-11, para concorrer à vaga de Operador de processo de produção, disponibilizada no Portal MTE - Mais Emprego.
Após os procedimentos de avaliação, solicitamos a devolução da presente Carta, contendo o resultado do encaminhamento, para nossos controles.
Continuamos à disposição dessa Empresa e caso haja alguma necessidade de outros esclarecimentos, indicamos o telefone 031-32215200 da unidade integrante do Sistema Nacional de Emprego, responsável pela captação de sua vaga.

Agradecemos,

AMÉLIA SALVIANO DE SOUSA RAMOS
SINE UBERLÂNDIA/MS

RESULTADO DA SELEÇÃO - marque com 'x'

Resultado (preenchido pelo Empregador):

- Na ocupação - Data de Admissão: ____/____/____
- Em outra ocupação - Data de Admissão: ____/____/____

- Ocupação
- Trabalhador recusa condições oferecidas pelo empregador
- Trabalhador reprovado no processo de seleção
- Trabalhador não atendeu às exigências do empregador
- Trabalhador já trabalhou na empresa e há dispensa de novo
- Empresa não atendeu o trabalhador
- Candidato em processo de seleção
- Vaga cancelada pelo empregador
- Vaga preenchida por outro trabalhador
- Vaga preenchida por outras fontes
- Turma Cancelada

Obs:

Assine e carimbe

BRF - ERVAL FERRAZ S/A
01.808.723-6/001-22

Assim, o único e fundamental impedimento ao cumprimento do indicador em questão é a impossibilidade de se atender os parâmetros de comprovação, e esta variável:

- 1) era imprevisível à época da assinatura do termo de parceria – tanto assim que a Diretoria do PrEsp (OEP) não projetou a possibilidade de superveniência desta situação de forma a permitir que fosse adotada outra estratégia;
- 2) é incontrolável, haja vista que as posturas do parceiro não estão no controle da OSCIP.

Em suma, houve um impasse: o principal parceiro de encaminhamento dos usuários do PrEsp, qual seja o SINE, não admite em seu fluxo espaço para atender às necessidades comprobatórias do termo de parceria.

Portanto, houve um fator externo, superveniente ao termo de parceria e absolutamente intransponível, que impede a OSCIP de cumprir o indicador.

Nesse sentido, diante do exposto, solicita-se a desconsideração deste indicador na avaliação deste Termo de Parceria, em decorrência da impossibilidade de cumprimento do mesmo, uma vez que a fonte de comprovação estabelecida depende da concordância e da adesão da rede parceira e não diretamente da Política de Prevenção Social à Criminalidade, das suas equipes técnicas e muito menos da OSCIP que executa o termo de parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Comprovante de encaminhamento assinado pelo usuário, onde conste detalhamento da vaga, da empregadora e os dados do agendamento da entrevista.

Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Nº e Nome do indicador: 8.3 Número de projetos sociais elaborados pelas comunidades e encaminhados a agentes financiadores

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	5	5

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O indicador 8.3 Número de projetos sociais elaborados pelas comunidades e encaminhados para agentes financiadores foi integralmente cumprido e entregue dentro do prazo estabelecido. Foram apoiados, fomentados e encaminhados a fontes de financiamento 5 (cinco) projetos neste período avaliatório, conforme meta estabelecida. Dentre os projetos enviados, a Rádio Comunitária Alternativa FM - 92,5 foi aprovada e apoiada financeiramente pela entidade *The Awesome Foundation*, conforme publicação no site da entidade: <http://www.awesomefoundation.org/en/projects/70037-radio-comunitaria-alternativa-fm-92-5>

Os demais projetos ainda aguardam uma resposta quanto ao apoio das fontes de financiamento enviadas.

A seguir, descrevemos os cinco projetos apoiados pelo IUUCI enviados à captação de recursos, conforme o território do CPC de abrangência, a articulação dos seus objetivos com a Política de Prevenção à Criminalidade e a fonte de financiamento para as quais foram enviados:

PROJETO RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM - 92,5

CPC	Descrição	Articulação com objetivos da Prevenção	Encaminhamento para fonte de financiamento
Vila Pinho (Belo Horizonte).	Projeto elaborado com o objetivo de ampliar o alcance da Rádio Comunitária Alternativa FM – 92.5 através da compra de um transmissor mais potente, visando abranger a área comercial da região do Barreiro para garantir a sua sustentabilidade financeira. A rádio localiza-se no Residencial Águas Claras, Vila Pinho, Barreiro – BH. O radialista responsável é uma referência comunitária no tratamento de questões de interesse público, como reivindicação de transporte público e de serviços de correio. A rádio é um importante canal de mobilização local, informando sobre funcionamento de órgãos públicos, promoção de debates sobre violência, consumo de drogas pela juventude, combate à dengue, dentre outros.	O projeto potencializará por meio da parceria estabelecida com liderança comunitária local, responsável pela Rádio Alternativa FM – 92,5, junto aos moradores, inclusive por meio da rádio, mecanismo de comunicação em massa de reconhecida legitimidade na região.	Projeto enviado e com recursos captados por meio da entidade <i>The Awesome Foundation</i> (Minas Gerais).

PROJETO WEB RÁDIO TAQUARIL

CPC	Descrição	Articulação com objetivos da Prevenção	Encaminhamento para fonte de financiamento
Web Rádio Taquaril Taquaril (Belo Horizonte).	Projeto para desenvolvimento da Web Radio comunitária da comunidade do Taquaril, que buscou captação de recursos para contratação de serviços de internet, web desenvolvedor, streaming de áudio e equipamentos para transmissão. Os integrantes estiveram envolvidos no projeto da Rádio Taquaril FM 102,9 que foi fechada pela Anatel em 2009. Atualmente, o grupo, que é vinculado ao Centro Comunitário do Taquaril (CECOM) e também com o grupo Aliança Cultural, propõe o desenvolvimento da Web Rádio, com o propósito de dar visibilidade a temas de interesse coletivo da região, dando destaque aos grupos culturais locais.	O projeto visa retomar parte do trabalho realizado anteriormente pela Rádio Taquaril FM. A rádio é um importante meio de mobilização comunitária e visa potencializar o protagonismo de grupos ligados ao HIP HOP e outras manifestações culturais. O foco é desenvolver uma programação em parceria com a Política de Prevenção à Criminalidade.	Projeto enviado à Fonte internacional (EUA): Latin American Program of Open Society Foundations.

PROJETO "UM DRIBLE NA VIOLÊNCIA": TORNEIO DE FUTEBOL DO MORRO DAS PEDRAS (BELO HORIZONTE - MG)

CPC	Descrição	Articulação com objetivos da Prevenção	Encaminhamento para fonte de financiamento
Morro das Pedras (Belo Horizonte).	O projeto "Um Drible na Violência" visa a realização de um torneio de futebol e contará com a participação dos jovens em reuniões semanais para discussão sobre o evento, eventuais problemas, conflitos e formas de resolução pacífica.	O projeto pretende impactar positivamente na dinâmica social, mediante a intervenção que prevê a intensificação do controle social informal.	Projeto enviado para o edital da entidade CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, por meio do Programa de Pequenos Projetos.

PROJETO ESCOLINHA ESPORTE CLUBE CROVISTA

CPC	Descrição	Articulação com objetivos da Prevenção	Encaminhamento para fonte de financiamento
PTB (Betim).	Trata-se de um projeto para melhorar a qualidade das atividades (aquisição de bens) de uma escolinha de futebol que atende 80 crianças, adolescentes e jovens na região do PTB, em Betim.	A intervenção prevê a intensificação do controle social informal, bem como envolver outras organizações comunitárias atuantes na região para ampliar a apropriação deste espaço para atividades esportivas e comunitárias.	Projeto apresentado à entidade privada UP TIME (Sede Nacional) através de reunião realizada no local para a apresentação deste.



PROJETO ATIVIDADES CIRCENSES CIRCO DRAGON

CPC	Descrição	Articulação com os objetivos da prevenção	Encaminhamento para fonte de financiamento
Serra (Belo Horizonte).	Tem o objetivo de proporcionar vivências da prática circense e concomitantemente criar/discutir de forma lúdica o acesso a direitos. O projeto visa à aquisição de materiais circenses.	O projeto contribui para a ampliação do acesso à cultura, para a formação humana dos jovens e para o exercício da cidadania, criando um espaço de promoção e valorização do outro e da coletividade.	Projeto enviado à Central de Patrocínio do Banco Santander S/A.

Os projetos acima elencados não se tratam de mera ampliação das oficinas ou de atividades de outros programas. Eles fazem parte de uma iniciativa comunitária, gestadas por parte de lideranças organizadas em grupo e que se iniciam de maneira independente do fomento das equipes, isto é, são inclusive anteriores à entrada dos programas e funcionam de forma autônoma. Além disso, não se resumem nem se misturam a programas especificamente considerados e nem mesmo com as atividades ordinariamente desenvolvidas pelas equipes no território.

Para o cumprimento deste indicador foram criados canais estratégicos de diálogo entre a OSCIP, o OEP e os Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs) de modo a otimizar a construção coletiva dos resultados. Foram elaborados fluxos e orientações conjuntos para alinhamento contínuo acerca do apoio e fomento de projetos sociais que se originam do público e dos territórios atendidos pela Política de Prevenção Social à Criminalidade. Essas ações foram determinantes para apoiar o público na elaboração e apresentação de projetos que reforcem e colaborem com os objetivos da política. A seguir, passaremos a explicitar tais orientações e fluxos sobre as atividades relacionadas a este indicador:

Metodologia / Etapas:

1) Diagnóstico:

Coube à gestão social dos CPC's identificar iniciativas ou projetos de grupos e/ou lideranças locais cuja finalidade estava em consonância com os objetivos da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desse modo, a gestão social dos CPCs encaminhou ao IJUCI, através da Diretoria de Redes e Mobilização Comunitária, a descrição sucinta das propostas e projetos, bem como os dados e contatos dos proponentes para que a instituição pudesse dar prosseguimento às ações.

2) Realização de entrevistas para conhecimento dos projetos:

A partir da identificação dos projetos, a equipe da sede do IJUCI realizou entrevistas semiestruturadas com os grupos e lideranças indicados. Grande parte das entrevistas foi realizada nos territórios (na maioria das vezes em espaços públicos ou na casa dos próprios moradores), sendo que algumas foram realizadas na sede do IJUCI. Entre agosto e setembro de 2016 foram realizadas 10 (dez) entrevistas, nas quais se tomou conhecimento de 13 (treze) propostas de projetos, uma vez que alguns grupos e moradores apresentaram mais de uma ideia. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado.

A partir das informações obtidas por meio dessas entrevistas, a equipe do IJUCI selecionou 5 (cinco) propostas/projetos para o apoio e o fomento neste período avaliatório, conforme apresentado acima. A escolha dos projetos baseou-se na identificação daqueles cujos processos de gestação, planejamento e mobilização encontrava-se em estágio mais avançado, tornando-os passíveis de envio às fontes de financiamento até o dia 30 de setembro de 2016. Além disso, priorizou-se aqueles projetos cujo vínculo com a Política de Prevenção Social à Criminalidade apresentou-se de forma mais consolidada. Para uma identificação mais precisa deste vínculo, a equipe do IJUCI contou muitas vezes com o repasse de informações pelas equipes dos CPCs acerca da dinâmica criminal local.



Cabe ressaltar, no entanto, que cada uma das propostas identificadas vem sendo acompanhada ou encaminhada pela equipe do IJUCI, seja para o seu desenvolvimento e apoio para os próximos períodos avaliatórios, seja através do apoio e orientação de outros setores da instituição como a Assistência Jurídica e a Diretoria de Geração de Renda e Empregabilidade, de acordo com as demandas específicas apresentadas por cada proponente. As orientações de natureza jurídica, realizadas pela equipe de voluntários do IJUCI, têm cumprido um importante papel de acompanhamento, troca de conhecimentos e informações que visam contribuir para a autonomia dos envolvidos.

3) Escrita dos projetos, pesquisa de fontes financiadoras e envio para a captação de recursos

A primeira etapa de escrita dos projetos consistiu na sistematização das principais informações obtidas nas entrevistas e na organização por meio do roteiro semiestruturado (anexo), que apresenta os principais elementos para a elaboração de um projeto social. A partir desta primeira etapa, foi preciso entrar em contato com os proponentes para esclarecimento de dúvidas e sugestões, visando a construção conjunta dos elementos do projeto. Cabe ressaltar que alguns moradores apresentaram à equipe do IJUCI projetos escritos, em relação aos quais a instituição exerceu o papel de adequá-los às formas sugeridas pela literatura sobre elaboração de projetos sociais. Nesses casos, as adequações foram apresentadas aos moradores, com a finalidade de contribuir para a ampliação de seus conhecimentos acerca da temática.

Paralelamente à sistematização das informações dos projetos, a equipe realizou pesquisas constantes de editais de fundações, instituições públicas e privadas que se adequavam aos projetos apoiados. Buscou-se editais abertos entre agosto e setembro de 2016, bem como aqueles cujo período de envio de propostas era contínuo. Foram mapeadas ainda algumas empresas cuja atuação inclui ações de responsabilidade social, visando a busca de patrocínios diretos.

A partir da seleção das fontes de financiamento, os projetos foram adequados e complementados de acordo com os requisitos de cada edital. No caso da apresentação direta em instituições privadas foi criado um modelo de projeto específico.

Após a finalização da escrita e adaptação dos projetos, a equipe do IJUCI entrou em contato com os moradores para apresentar e discutir a versão final dos textos, com a intenção de corrigir possíveis equívocos, acrescentar ou retirar fotos, complementar informações consideradas importantes e conseguir o aval dos mesmos para o envio às fontes de financiamento. Para alguns projetos foram realizadas reuniões presenciais na sede do IJUCI para leitura e avaliação dos textos. Em outros casos, devido à dificuldade de agenda e disponibilidade de tempo, os textos foram enviados por e-mail e discutidos por telefone.

Quatro projetos foram adaptados e enviados para os editais das seguintes instituições: 1) The Awesome Foundation (Minas Gerais); 2) Latin American Program of Open Society Foundations; 3) CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Programa de Pequenos Projetos) e 4) Central de Patrocínio do Banco Santander S/A. Um projeto foi enviado e apresentado pelo IJUCI e pelo morador proponente à empresa UP TIME por meio de reunião realizada no dia 29/09/2016. A empresa UP TIME tem renomada atuação em projetos de responsabilidade social e se mostrou interessada em colaborar de alguma forma para o projeto apresentado.

Cabe ressaltar que o edital da entidade The Awesome Foundation (Minas Gerais) sugeria o envio de um vídeo sobre o projeto, o que foi elaborado pela equipe do IJUCI em conjunto com a comunidade. O projeto Rádio Comunitária Alternativa FM – 92,5, enviado para essa instituição, foi premiado no dia 27/09/2016, obtendo os recursos demandados.

Embora o IJUCI se esforce, em conjunto com os moradores, para buscar o financiamento dos projetos apoiados, a instituição tem deixado claro aos proponentes a impossibilidade de garantir a captação de recursos para todos os projetos, uma vez que esta depende da avaliação e decisão das fontes financiadoras. Deste modo, o IJUCI vem se apresentando como uma “ponte” entre o projeto comunitário e os possíveis organismos financiadores e propõe auxílio na atividade de pesquisa e adequação da proposta aos editais para captação de recursos. O seu objetivo é auxiliar na instrumentalização dos interessados, qualificando suas iniciativas e aumentando as chances de elas alcançarem êxito.



Deve-se pontuar que todo projeto escrito é registrado no Escritório de Projetos da Diretoria de Redes e Mobilização Comunitária do IJUCI e na medida em que forem identificados editais e novas oportunidades, esses projetos poderão ser novamente enviados às fontes de financiamento.

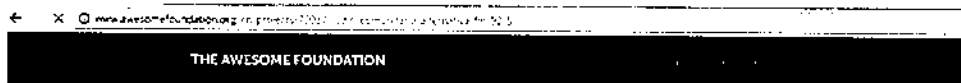
Abaixo, seguem modelos de roteiros de entrevistas e de projetos, bem como fotos dos eventos.

**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS
PROGRAMAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE**

Nome do Proponente/ Instituição:
Endereço:
Contato (Telefone/ E-mail)
CPC:
Nome do Projeto:
HISTÓRICO/DIAGNÓSTICO - Qual é a realidade vivida no território? Qual é o problema enfrentado? Quais são os impactos deste problema no território? O quanto este problema é grave?
JUSTIFICATIVA - Por que se decidiu enfrentar este problema? Qual alternativa proposta para enfrentá-lo? Por que se escolheu esta alternativa? Por que ela é a melhor?
PÚBLICO-ALVO - (Quem serão as pessoas beneficiadas com as ações do projeto? Descrever as características do público-alvo, exemplo: sexo/gênero, idade, raça, escolaridade, entre outros aspectos considerados relevantes. Qual é o número de beneficiários diretos e indiretos do projeto?).
OBJETIVO GERAL - O que se quer alcançar com este projeto? Qual o propósito, a intenção final?
OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Os objetivos específicos consistem nos passos para alcançar o objetivo geral que é propósito final do projeto. O que se quer alcançar em menor escala e que ajudará a alcançar o propósito final?
RECURSOS NECESSÁRIOS - Lista mínima dos recursos necessários para a execução do projeto. Exemplo: materiais de consumo; materiais permanentes; recursos humanos e serviços de terceiros.
CONTRAPARTIDA (Quais recursos materiais e/ou humanos já se possui e que podem servir como contrapartida para o projeto?).
PARCEIROS ENVOLVIDOS (Existem parceiros que poderão colaborar com o projeto? Quem são eles? Como atuarão no projeto?).
RELAÇÃO DO PROJETO COM PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE/ SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ



FOTOS



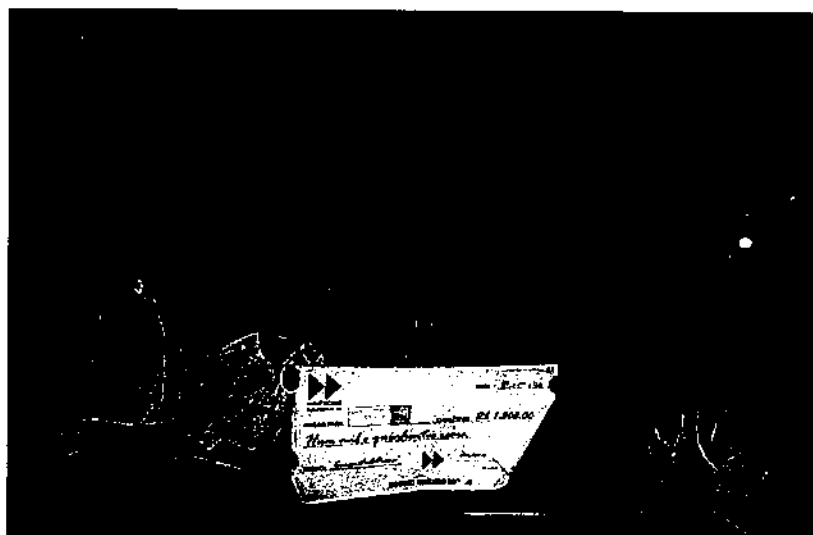
Rádio Comunitária Alternativa FM - 92,5



Publicação sobre o projeto Rádio Comunitária Alternativa FM – 92,5 no site da instituição financiadora The Awesome Foundation. Fonte: <http://www.awesomefoundation.org/en/projects/70037-radio-comunitaria-alternativa-fm-92-5>



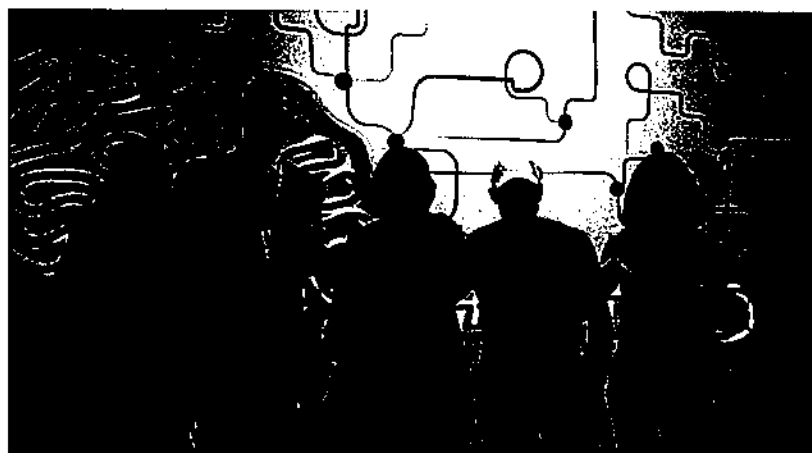
Publicação sobre o projeto Rádio Comunitária Alternativa FM – 92,5 na página do facebook da instituição financiadora The Awesome Foundation. Fonte: <https://www.facebook.com/awesomefoundationmg/?fref=ts>



Evento de entrega da premiação do projeto Rádio Comunitária Alternativa FM – 92,5 pela instituição The Awesome Foundation, realizada no Espaço 104, no dia 27 de setembro de 2016.



Escolinha Esporte Clube Crovista, bairro Campos Elísios, Betim. Foto tirada no dia 04/08/2016, dia da entrevista para conhecimento do projeto.



Reunião de apresentação do Projeto Escolinha Esporte Clube Crovista na empresa UP TIME. Da esquerda para a direita: Maria Leticia Carvalho (Assistente de Diretoria IJUCI), Roberto Teodoro da Rocha (Diretor Executivo IJUCI), Natália Aguiar (Diretora de Comunicação UP TIME), José Romildo Campos (proponente do projeto e morador da região do PTB, Betim) e Rafaela Angeli (Assessora de Comunicação IJUCI).

Os comprovantes de encaminhamento dos projetos, bem como cada um deles em sua integralidade, compõem o acervo probatório deste documento e se encontra à disposição da comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Projeto elaborado, redigido e registrado no Escritório de Projeto (Diretoria de Mobilização Comunitária) e comprovante de encaminhamento ao agente financiador.

Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade**Nº e Nome do indicador:** 8.4 Número de instituições, empresas e organismos com adesão formal à rede de prevenção à criminalidade**Resultados alcançados no período avaliatório**

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	50	57

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O resultado para este indicador foi de 57 instituições, empresas e organismos com adesão formal à rede de prevenção à criminalidade e considerando que a meta é de 50, temos como plenamente atendido este indicador.

O planejamento das ações relativas a este indicador previu uma fase preliminar à formalização na qual se definisse critérios para a elaboração do Termo de Adesão e que problematizasse alguns entraves que poderiam interferir negativamente no cumprimento das metas.

Um dos pontos debatidos preliminarmente foi a qualificação do modelo funcional de Termo que pudesse fornecer melhor visibilidade dos recursos de que dispõem as organizações presentes nas redes dos CPC's. Assim, no dia 13/07/16 foi realizada uma apresentação e um debate junto aos gestores dos Centros de BH e RMBH sobre este indicador e sobre as atividades a serem desenvolvidas pelas equipes. Paralelamente, houve apresentação da primeira versão do Termo de Adesão, com o objetivo de colher opiniões e agregá-las ao instrumento. Em decorrência disso, posteriormente foi enviada para a Gestão Social uma segunda versão aprimorada do referido documento.

O Termo de Adesão, em seu formato final, além de um acordo de cooperação é verdadeiramente um projeto de atuação conjunta que especifica a contribuição da organização parceira.

Foi estabelecida uma atuação que alcançasse a sensibilização da organização para a qual se pretendesse a adesão. Foi necessário agendar e visitar as entidades objetivando: (a) compreender todos os serviços/ atendimentos desenvolvidos atualmente de maneira regular e recursos que pudessem vir a ser ofertados para a rede e comunidade, (b) verificar se a entidade também conhecia a política de prevenção de forma mais ampla (todos os programas); (c) pactuar fluxos de encaminhamento e solicitações, (d) apresentar o "Termo de Adesão", promovendo assinatura pelas partes, caso seja esse o interesse da entidade.

Segue abaixo a listagem das entidades e data da adesão contemplados:

#	UPSC	Entidade com vínculo formalizado	Realização
1	Centro – Ipatinga	Faculdade Única de Ipatinga	27/08
2	Jardim Teresópolis - Betim	CRAS Vila Recreio	22/07
3	Citrolândia – Betim	Gerência Regional	22/09
4	Centro – Juiz de Fora	Inst. De Educação e Cidadania	26/09
5	Turmalina – Gov. Valadares	Instituto Nosso Lar	27/09
6	Centro – Belo Horizonte	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	30/09
7	Centro – Belo Horizonte	Central de Recebimento e Monitoramento	30/09
8	Centro – Belo Horizonte	Centro Risoleta Neves de at. à mulher (CERNA)	30/09
9	Centro – Belo Horizonte	Creche Comunitária Maria Floripes	29/09
10	Centro – Belo Horizonte	Creche Abrigo Coração de Jesus	29/09
11	Centro – Belo Horizonte	Presídio Antônio Dutra Ladeira	26/09
12	Centro – Belo Horizonte	Ação Social Técnica	29/09

13	Centro – Belo Horizonte	Escola Estadual Silvano Brandão	05/09
14	Centro – Belo Horizonte	Instituto Albam	30/09
15	Centro – Belo Horizonte	Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro Abreu	14/09
16	Centro – Vespasiano	Fundação Vespasianense de Saúde	22/09
17	Centro – Vespasiano	Conselho Tutelar Região Central Vespasiano	14/09
18	Centro – Vespasiano	Centro de Recuperação e Reabilitação Vida Plena	12/09
19	Centro – Vespasiano	Grupo Criança em Busca de um Vida Nova	06/09
20	Centro – Vespasiano	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais	21/09
21	Centro – Vespasiano	Secretaria Municipal de Saúde de Vespasiano	02/08
22	Centro – Vespasiano	Igreja Casa de Oração para Todas as Nações	09/09
23	Centro – Vespasiano	Igreja Pentecostal Verdade Vida e Missões Mundiais	12/09
24	Centro – Vespasiano	Creche Municipal Áurea J. Fagundes	27/09
25	Centro – Vespasiano	Associação Comunitária Restaurando Vidas– Célvia	12/09
26	Centro – Vespasiano	Policlínica Prefeito José Lopes	28/09
27	Centro – Vespasiano	Policlínica Doutor Gentil Macedo Júnior	16/09
28	Centro – Vespasiano	Lar dos Idosos N. S. Auxiliadora ILPI	13/09
29	Morro Alto – Vespasiano	Paróquia Nossa Senhora Aparecida	15/09
30	Morro Alto – Vespasiano	Escola Municipal Josefina Alves Vieira	22/09
31	Morro Alto – Vespasiano	180ª CIA – 36º Batalhão PMMG	12/09
32	Morro Alto – Vespasiano	Conselho Tutelar região Morro Alto	22/09
33	Santa Lúcia – Belo Horizonte	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	27/09
34	Santa Lúcia – Belo Horizonte	Museu de Vilas e Favelas	30/09
35	Santa Lúcia – Belo Horizonte	CRAS Santa Rita de Cássia	26/09
36	Santa Lúcia – Belo Horizonte	Creche N. S. do Carmo – Vila Santa Rita de Cássia	26/08
37	Santa Lúcia – Belo Horizonte	Centro de Defesa Coletivo	29/09
38	Jardim Felicidade – B. Hte.	Centro Cultural Jardim Guanabara	21/07
39	Morro das Pedras – B. Hte.	Centro Cultural Salgado Filho	29/09
40	Morro das Pedras – B. Hte.	CRAS Morro das Pedras	29/09
41	Morro das Pedras – B. Hte.	Projeto Bom na Bola, Bom na Vida	27/09
42	Morro das Pedras – B. Hte.	BH Cidadania – Vila Antena	29/09
43	Vila Cemig – B. Hte.	Escola Municipal Dinorah Magalhães	25/07
44	Via Colégio – Santa Luzia	Escola Estadual São João da Escócia	18/07
45	Centro – Uberaba	Associação de Acolhimento do idoso “Anjos do Bem”	26/09
46	Centro – Uberaba	Associação Seguidores do Caminho	26/09
47	Centro – Araguari	Fundação Araguarina de Educação e Cultura	09/09
48	Centro – Araguari	Policlínica Doutor Gabi Gabrem	09/09
49	Centro – Araguari	53º Batalhão PMMG	09/09
50	Centro – Araguari	Escola Estadual Rainha da Paz	23/09

51	Centro – Araguari	CAE – Centro de Apoio Especializado	23/09
52	Centro – Araguari	Centro Educacional Municipal Papa João XXIII	23/09
53	Centro – Araguari	CAIC – Escola Doutor Arcino Santos Laureano	23/09
54	Centro – Araguari	Secretaria Municipal de Políticas Sobre Drogas	22/07
55	Centro – Araguari	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	22/07
56	Centro – Araguari	Associação de Pais Amigos dos Excepcionais APAE	22/07
57	PTB – Betim	CRAS Cruzeiro do PTB	30/09

Os diferentes Termos de Adesão (projeto de atuação) acompanham o acervo comprobatório deste relatório, assim como o ofício de aprovação da minuta do referido termo pela supervisão do termo de parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Projeto elaborado, redigido e registrado do Escritório de Projeto (Diretoria de Mobilização Comunitária) e Termo de Adesão e compromisso assinado, com menção ao conteúdo do apoio.



Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Nº e Nome do indicador: 8.5 Número de ações realizadas para a mobilização comunitária e participação social

Resultados alcançados no período avaliatório

Período avaliatório	Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
01/08/2016 a 30/09/2016	50	59

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O indicador de realização de ações para a mobilização comunitária e participação social foi entregue dentro do prazo estabelecido. A meta previu a realização de 50 ações e foram totalizadas 59 ações como resultado, tendo sido a meta cumprida.

Embora planejadas 46 ações para o terceiro período avaliatório, 01 (uma) delas foi cancelada em razão das eleições, totalizando 45 ações no período e 59 ações até o período (somadas as 14 ações do segundo período avaliatório).

Ao todo, 857 pessoas participaram das ações dentro do período.

Conforme acordado, a programação dessas ações foi enviada previamente e aprovada pela Supervisão do Termo. A programação foi informada e aprovada em dois ofícios (170/2016 e 207/2016), enviados com quadro sumário. Abaixo constam os objetivos de cada uma das ações programadas.

Programação das ações constantes no ofício 170/2016:

#	CPC / Local	Nome	Data	Objetivo da ação	Possíveis desdobramentos/ impactos
1	CPC Ribeiro de Abreu – BH	Roda de conversa com lideranças	22/08	Reunir lideranças locais, a partir da queixa da Escola Municipal, sobre a dificuldade da comunidade local se mobilizar em atividades voltadas ao benefício coletivo. A reunião tem por objetivo permitir o diagnóstico da situação a partir dos envolvidos, esclarecendo a falta de adesão comunitária nas propostas, verificando a extensão desse problema e ensejando a construção de objetivos compartilhados.	Fortalecimento da organização e autogestão dos envolvidos para diagnosticarem e superarem/resolverem os problemas. Para tanto, a proposta perpassará o auxílio à identificação das estratégias utilizadas para superação de desafios, problematizando as táticas de mobilização e participação comunitária.
2	CPC Ribeiro de Abreu – BH	Mobilização para segurança comunitária	30/08	Promover espaço de discussão de questões e problemas sobre segurança pública no bairro Paulo VI, através da comissão composta por representantes da escola, lideranças, representantes do comércio, juventude, saúde e ouvidoria jovem, a partir da demanda vinda da COL (Comissão Operativa Local). Possibilitar a assunção de objetivos comuns	Promover adesão de outros atores locais em discussões posteriores, como o GEPAR, e outros que a comunidade identificar. Ampliar a discussão para além do Bairro Paulo VI, incluindo outros territórios de abrangência do CPC. Avaliar a pertinência de realização posterior de um encontro temático sobre segurança comunitária, de modo a ampliar os espaços de debate e deliberação coletiva e fomentar

				tendo em vista estratégias para a segurança comunitária.	maior participação em torno de questões de prevenção à criminalidade.
3	CPC PPL – BH	Caso do beco do Murilo	24/08	Contato inicial com moradores para reabertura do caso. O objetivo da ação é retomar o acordo realizado entre poder público e a comunidade, criando canais de discussão e encaminhamentos de trabalho sobre os fatores de risco sociais presenciados atualmente pelos moradores do beco (<i>Aedes aegypti</i> , escorpiões e ratos em área desapropriada).	Fortalecimento da organização dos envolvidos para diagnosticarem os problemas vividos e solucionarem os diversos conflitos com o poder público, fomentando a formação de multiplicadores dos conhecimentos e saberes adquiridos. A demanda trabalhada com o grupo toca na ocupação da área desapropriada pela Urbel que já fora utilizada para guardar armas e drogas.
4	CPC Carapina – Gov. Valadares	Roda de Conversa com líderes das Associações de Bairros	31/08	Promover, através de reunião, discussão sobre as demandas comunitárias, a fim de qualificar a leitura da equipe, diante da visão dos participantes, sobre as realidades do território, buscando intervir de diversas formas em conjunto com a comunidade.	Espera-se que a partir das demandas apresentadas pelos moradores e referências comunitárias, as estratégias de mobilização e participação comunitária em torno de questões e problemas de interesse público sejam qualificadas, gerando inclusive atendimentos individuais e coletivos para o PMC e possíveis encaminhamentos para as oficinas do Fica Vivo!.
5	CPC Turmalina – Gov. Valadares	Mediação entre oficineiros e morador que auxilia na gestão da Quadra Comunitária	11/08	A partir das demandas apresentadas pelos oficineiros do Programa Fica Vivo!, promover espaço de debate e deliberações junto a referências comunitárias, com objetivo de auxiliar na gestão comunitária da quadra de esportes.	Promover o fortalecimento da autogestão do grupo envolvido, a partir das relações entre o morador que auxilia na gestão da Quadra Comunitária, os oficineiros e os jovens. Propiciar debate e esclarecimento sobre as responsabilidades de cada parte interessada. Espera-se que com a sugestão da construção coletiva, entre oficineiros e jovens, do Contrato de Convivência, os cadeados não sejam mais quebrados pelos jovens, de modo que eles contribuam para o cuidado com o local. Espera-se, ainda, que uma breve discussão sobre a singularidade da condição juvenil, sensibilize o morador no trato com os jovens.
6	CPC Turmalina Gov. Valadares	Roda de Conversa com	30/08	Promover espaço para a identificação de demandas e de compreensão da dinâmica social e criminal, bem como os impactos gerados pela suspensão das atividades dos	Espera-se que a partir das demandas apresentadas pelos moradores e referências comunitárias, as equipes do CPC possam analisar estratégias de mobilização e participação

		Moradores e Referências Comunitárias.		programas. Promover a construção de objetivos comuns entre os presentes acerca de possíveis intervenções no território.	comunitária em torno de questões e problemas de interesse público, gerando atendimentos coletivos para o PMC e possíveis encaminhamentos para as oficinas do Fica Vivo!
7	CPC Cidade Cristo Rei – Montes Claros	Mobilização comunitária para adesão às ações de prevenção	11/08	Reunir a comunidade na região denominada “Faixa de Gaza”, agregando todas as oficinas do programa Fica Vivo! com atividades esportivas, apresentações circenses, musicais, oficinas de arte, com o objetivo de sensibilizar o público jovem para a retomada da participação nas oficinas anteriormente suspensas.	Promover o acesso do público nas oficinas do Fica Vivo!, atendimentos do PMC e demais ações de prevenção, propiciando o aumento da participação na política.
8	CPC Santos Reis – Montes Claros	1º Festival de Pipas	20/08	Reunir a comunidade em torno do 1º Festival de Pipas, buscando o envolvimento de escolas e diversos outros segmentos e promovendo um espaço de socialização e de premiação dos melhores participantes. Sensibilizar o público jovem para a retomada da participação nas oficinas anteriormente suspensas.	Promover o acesso do público nas oficinas do Fica Vivo!, atendimentos do PMC e demais ações de prevenção, propiciando o aumento da participação na política. O evento pretende realizar a intervenção no território que foi marcado recentemente por homicídio relacionado à soltura de pipas.
9	Vila Pinho – BH	Revitalização do campo de futebol	12/08	Reunião com jovens e o secretário regional do barreiro visando discutir a possibilidade de revitalização e manutenção do campo com o poder público.	Promover o acesso da comunidade ao campo, pois embora recentemente tenha ficado impróprio para uso, era utilizado com frequência pela comunidade. Potencializar o protagonismo dos jovens que tem relação com a dinâmica criminal desse espaço público.
10	CPC 1º de maio – BH	Encontro com Lideranças e feirantes Locais	18/08	Reunião inicial com lideranças locais a fim de conhecer a demanda sobre a implantação de uma feira na região. Promover espaço para identificação da situação dos feirantes, ensejando a coletivização de demandas entre eles, artesãos, salgadeiras etc. Verificar possibilidades de encaminhamentos.	Colaborar com processos de organização e mobilização comunitária em torno do desemprego, da falta de oportunidades para geração de renda, fatores vinculados a eventos de criminalidade e violência. A ação pretende gerar efeitos relacionados com a emancipação dos sujeitos em torno desses problemas de interesse público.
11		Mobilização em torno do uso do	05/08	Promover um espaço para discussão inicial de problemas em torno do uso do parque pela comunidade, propiciando alinhamento de expectativas,	Fortalecer relações de capital social em sentido emancipatório, sistematizando espaços de gestão do parque da Rua Alice, para que inúmeras questões e problemas do

	CPC Morro das Pedras – BH	“Parquinho da Rua Alice”		definição de objetivos comuns e estratégias de enfrentamento.	uso desse espaço público sejam direcionados. Permitir a intervenção na dinâmica de violências naquele espaço.
12	CPC Rosaneves – Ribeirão das Neves	Integração dos serviços de proteção social	16/08	Criação de espaço de diálogo sobre problemas e questões acerca do acesso às políticas públicas da região; construção de alternativas, tais como a proposta de realização de encontros de rede no território.	Promover a integração dos serviços de proteção social por meio da articulação de atores políticos governamentais e não governamentais dos bairros Sevilha B e Rosaneves.

Programação das ações constantes no ofício 207/2016:

#	CPC/ Local	Nome	Data	Objetivo da ação	Possíveis desdobramentos/ impactos
1	CPC Jardim Leblon – BH	Ação coletiva de mobilização Conjunto Laranjeiras (Ação PMC)	27/08	Realizar reunião para trabalhar as demandas do conjunto, utilizando o grupo focal. O objetivo é criar um espaço para identificar as demandas e compreender o contexto das pessoas e do condomínio, delineando as questões que os síndicos desejam trabalhar. A partir disso, espera-se colaborar para construção das ações de mobilização junto aos demais moradores e pensar estratégias que possam ser executadas de modo prioritário na busca da “superação” dos problemas elencados.	Qualificar o perfil dos moradores e contexto histórico do condomínio. Fomentar a mobilização dos moradores do condomínio através da execução de ações em conjunto com os moradores, com base nas demandas apresentadas. Estimular o desenvolvimento da organização comunitária em torno dos problemas vivenciados por todos no condomínio, trabalhar a emancipação dos sujeitos e identificar formas eficazes de intervenção junto aos jovens que ali residem.
2	CPC Jardim Teresópolis – Betim	Associação Comunitária Ação Social (Ação Mediação)	17/08	Promover um espaço de discussão e debate inicial acerca dos problemas internos vivenciados pelos membros da associação, tais como escassez de recursos financeiros e dificuldades de deslocamento. Propiciar a tomada de decisões e encaminhamentos, identificando prioridades a serem trabalhadas.	Fortalecimento do grupo tendo como base os princípios da Mediação, de modo a fomentar o envolvimento de outros membros. Promover o desenvolvimento da auto-gestão do coletivo em torno de seus conflitos internos.
3	CPC Cidade Cristo Rei –	Retomada das atividades de		Reunir a comunidade na Rua Nova Europa, situada da Vila Tupã, agregando oficinas do programa Fica Vivo!, ofertando atividades esportivas, promovendo	Promover o acesso do público nas oficinas do Fica Vivo!, atendimentos do PMC e demais ações de prevenção, propiciando o aumento da participação na política.

	Montes Claros	prevenção na Vila Tupã. (Ação Fica Vivo!)	23/08	apresentações circenses, musicais, oficinas de arte, com o objetivo de sensibilizar o público jovem para a retomada da participação nas oficinas anteriormente suspensas.	
4	CPC Santos Reis – Montes Claros	Roda de conversa com os Jovens (Ação Fica Vivo!)	24/08	Propiciar um espaço pedagógico e de interação entre os jovens, permitindo o debate sobre conflitos e a expressão de sentimentos, angústias e anseios sobre esses impasses. Introduzir reflexões sobre formas de solução pacífica de conflitos e sobre os princípios da Mediação. Propiciar a construção coletiva de novos temas a serem debatidos e refletidos.	Fomentar a continuidade dos encontros, a fim de que a mobilização do grupo em torno da discussão sobre as referidas temáticas se fortaleça. Instigar o protagonismo dos jovens para resolução pacífica dos conflitos manifestados nos espaços de convivência, promovendo o desenvolvimento da autonomia grupal.
5	CPC Ressaca – Contagem	Associativismo do grupo teatral "Tomada Ecologia" (Ação Mediação)	26/08	Promover um espaço de escuta e compreensão das demandas de formalização do grupo "Teatro Ecologia", resgatando o seu histórico e caracterizando sua atuação frente a rede institucional parceira (captação de recursos) e a comunidade. Criar um ambiente de reflexão e deliberação sobre ações conjuntas com o PMC visando fomentar a divulgação comunitária das novas frentes de atuação do grupo (WhatsApp e outros meios publicitários)	Fomentar a emancipação do grupo ao auxiliá-lo a desenvolver atividades voltadas a regularização/formalização do enquanto uma associação, aumentando e qualificando seus eixos de atuação. Desta forma, a ação pretende desenvolver o capital social regional, fator preponderante para o fortalecimento das ações de prevenção no território. A aproximação com tais lideranças também pode melhorar o olhar do CPC sobre a dinâmica social da criminalidade local.
6	Rosaneves – Ribeirão das Neves	Ação junto à rede de desenvolvimento social (Ação CPC)	13/09	Criar espaço de diálogo com a rede representantes da rede institucional para confluir nesse espaço demandas até então fragmentadas, permitindo que seja aberto espaço para participação de outros atores locais. Pretende-se também obter encaminhamentos que visam promover mobilização de outros atores, discutindo a possibilidade de veiculação de um "abaixo assinado".	Promover maior articulação das demandas nesse espaço, fomentando a integração da rede de Desenvolvimento Social dos Bairros Sevilha B e Rosaneves. Fortalecer o grupo envolvido para promoção de ações coordenadas de intervenção nestes territórios, articulando também as demandas provenientes de caso coletivo acompanhado pelo PMC.

7	CPC Rosaneves – Ribeirão das Neves	Ação coletiva sobre Transporte (Ação Mediação)	06/09	Propiciar espaço para apresentação de propostas e encaminhamentos para a resolução da demanda. Auxiliar o grupo na elaboração das ideias para compor ofício a ser entregue nas Secretarias de Transporte e de Saúde do Município.	Fomento da mobilização de moradores para fortalecimento da reivindicação coletiva frente ao poder público, visando a resolução do problema do transporte público no Município. Esse trabalho fomentará articulação da rede. Grupo de moradores no WhatsApp criado, agendamento com o Conselho Municipal da Saúde.
8	CPC Serra – BH	Projeto da Comissão de Coordenação Local (CCL) (Ação CPC)	05/09	Este encontro tem por objetivo proporcionar aos jovens um espaço de sensibilização acerca das propostas do Projeto da Comissão de Coordenação Local (CCL), a fim de promover a adesão deles nas propostas e na construção de ações futuras desse organismo de atuação coletiva.	Realização de uma semana de ações pelo território no mês de novembro. Entre os produtos em construção estão: Guia do Território, Documentário produzido por jovens, Exposição Fotográfica, Seminário a ser realizado em novembro, bem como iniciação de grupos de trabalho na comunidade sobre temáticas diversas; Jogo de Tabuleiro, sendo o tabuleiro o mapa dos territórios e os jovens construindo os jogos e as regras.
9	CPC Cabana – BH	Projeto Rádio Cabana FM (Ação CPC)	08/09	Reunir os principais envolvidos no projeto de construção da Rádio Comunitária no Aglomerado com outra liderança já atuante nesse ramo de radiodifusão comunitária, a fim de proporcionar um espaço de troca de experiências, intercâmbio de práticas de prevenção e orientação inicial acerca dos procedimentos iniciais para legalização da rádio do Cabana.	Construção de alianças entre os envolvidos dessas duas regiões visando a construção e legalização da Rádio na comunidade do Cabana. Fomentar o associativismo entre os envolvidos, pois para a construção da Rádio é necessária a associação formalizada. Promover o intercâmbio de boas práticas relacionadas à Prevenção à Criminalidade entre dois territórios de BH marcados por altos índices de criminalidade e violência.
10		Conversando com público:		Promover um espaço de interação e diálogo com jovens e adolescentes do FV! em um local que é um ponto da dinâmica criminal, sobre as perspectivas das políticas sobre álcool e outras drogas no município. Sensibilizar quanto ao assunto a ser	Criar um canal de diálogo sobre o tema; ampliação do conhecimento do público sobre a política de drogas existente no município, focados na rede de serviços, intersetorialidade e segurança pública; Instrumentalização das equipes para abordar a

	CPC Bethânia – Ipatinga	Perspectivas das políticas sobre álcool e outras drogas no município. (Ação Fica Vivo!)	08/09	abordado através da dinâmica “Batata Quente Informativa”. O debate e reflexão acontece a partir das perguntas geradoras, que tem como objetivo ampliar o conceito de drogas, desmistificar o uso, informar os equipamentos, serviços e tipos de tratamentos ofertados, discutir sobre criminalização da pobreza e encarceramento em massa, bem como pensar o impacto da política de álcool e outras drogas no público atendido.	temática; ampliar a capacidade de diálogo sobre o tema junto aos candidatos a prefeito de Ipatinga;
11	CPC PPL – BH	Construindo Identidades (Ação CPC)	24/09	Problematizar a temática “relações étnico-raciais” e suas implicações sociais e identitárias, sobretudo entre a juventude, por meio da oficina “Cabelo e Identidade”; a partir dessas discussões, estimular a circulação dos moradores da VSP junto ao espaço do CRAS, tornando a prestação de seus serviços acessíveis ao público; promover a interlocução e o fortalecimento de uma rede na VSP (Vila Nossa Senhora dos Passos) mediante participação horizontal, coletiva e plural; aperfeiçoar a qualificação da leitura da dinâmica social criminal local e construções de intervenções direcionadas a prevenção da criminalidade.	Criação de uma maior interlocução junto ao CRAS e os programas do CPC, utilizando-se do espaço e equipamentos do mesmo para a realização de atividades diversas (atendimentos, oficinas), além de divulgar nossas ações junto à população da Vila; Estimular a circulação de jovens no espaço do CRAS; Desconstruir estereótipos negativos em relação à identidade e manifestações culturais de matriz africana, a fim de desconstruir o racismo entre o público beneficiário.
12	CPC Conjunto Esperança/Vila Cemig	Mobilização de moradores da rua 6 (Ação Mediação)	23/09	Reunir como moradores da rua 6, localizada no conjunto Esperança, que demandam melhorias de infraestrutura para a referida rua. O objetivo da reunião é a troca de informações e a promoção do debate sobre o posicionamento da Prefeitura e sobre possibilidades de ação coletiva decorrente dessa manifestação.	Agenda com uma reunião com prefeitura criada para tentarem obter uma resposta formal sobre demanda. Fortalecimento da mobilização coletiva local para promoção de melhorias na infraestrutura do bairro; aumento da organização interna do grupo no que tange à confecção de instrumentos formais (ofícios) para serem entregues a representantes do poder público.

13	CPC Centro – Juiz de Fora	Encontro de mobilização e formação em Direitos Humanos (Ação CPC)	14/09	Reunir profissionais de organismos intersetoriais que atuam no atendimento da população vulnerável e que sofre processos de criminalização, a fim de promover sensibilização sobre as temáticas “estigma e preconceito”, através da metodologia de oficinas.	Servidores municipais colaboradores nas diversas temáticas relacionadas proporcionar a educação em Direitos Humanos, transversais à Política de Prevenção; qualificar o investimento em melhorias no serviço prestado aos assistidos que acessam o SUAS como porta de entrada e a Política de Prevenção à Criminalidade.
14	CPC Centro – Vespasiano	Café com a rede (Ação CEAPA)	21/09	Reunir representantes de entidades do município em torno de um café, visando sensibilização sobre a política de prevenção e especificamente os fluxos com o Programa CEAPA; ministrar palestra expositiva sobre a pena alternativa: “sentido para o sujeito, benefícios à sociedade e o que se espera”; promover a discussão de questões práticas, tais como instrumentos e registros utilizados para monitoramento.	Provocar responsabilização dos responsáveis presentes acerca da possibilidade de incremento da política de alternativas penais no município, promovendo adesão aos paradigmas e conceitos fundamentais do programa; promover a integração dos parceiros presentes para consolidação da rede da CEAPA.
15	CPC Morro Alto – Vespasiano	Ação com lideranças comunitárias (Ação CPC)	29/09	O objetivo da reunião é propiciar um espaço de diálogo e de (re) conhecimento entre as entidades atuantes no território que mantém laços informais com a política de prevenção. Ao discutir a metodologia dos programas, pretende-se permitir abrir um espaço de debates sobre a política e os programas, destacando a importância do trabalho em rede e buscando formalização dos laços desses parceiros com a prevenção.	Promover a integração dos serviços e a pactuação de fluxos de trabalho conjunto; propiciar o conhecimento das competências, finalidades e metodologias de trabalho das entidades presentes, destacando a necessidade da atuação integrada, articulando a rede de proteção social local.
16	CPC Cidade Cristo Rei – Montes Claros	Torneio de Futsal: Viva bem! (Ação Fica Vivo!)	24/09	Promover um torneio de futsal com os jovens, por meio do qual possa estabelecer um espaço de socialização com objetivos que não os da rivalidade violenta entre os eles. Propiciar a sensibilização dos	Provocar a sensibilização das famílias dos jovens, pois a disposição do evento facilitará a circulação de toda a comunidade, provocando, portanto, uma intervenção positiva na dinâmica social de criminalidade do território.



				mesmos a partir da apresentação da oficina de ritmos regionais, que utiliza percussão e instrumentos de cordas; promover um lanche coletivo para os presentes.	
17	CPC Morro das Pedras – BH	Encontro com lideranças locais (Ação CPC)	24/08	Reunir lideranças estratégicas do território e, a partir da compreensão acerca da percepção das mesmas sobre os programas de prevenção, estabelecer debates sobre os programas; acolher as críticas direcionadas e aclarar dúvidas. O objetivo é promover um espaço de escuta e construção coletiva, fomentando a adesão dessas referências nas ações propostas pelos CPC.	Ampliar a compreensão dos programas de prevenção, principalmente do PMC, visto que ele é frequentemente visto como ação do Fica Vivo!; promover um espaço para que os presentes possam participar; fomentar que as referências sejam agentes de mobilização das ações do Centro.
18	CPC Santos Reis – Montes Claros	Ação no Eldorado – “Praça da Alegria” (Ação Fica Vivo!)	25/08	Propiciar a participação do público jovem em espaços de Lazer e Entretenimento, reforçando a retomada das ações do Programa Fica Vivo!, através da oferta de atividades provenientes das oficinas de música, dança, capoeira, além de orientações no processo de realização de artesanatos e divulgação das demais oficinas.	Promover a retomada da participação dos jovens nas oficinas do programa Fica Vivo! em vista do período de transição; ampliar os canais de acesso à juventude para o ingresso nas oficinas do Programa Fica Vivo!.
19	CPC Centro – Montes Claros	Ação junto a representantes da ESF municipal (Estratégias de Saúde da Família) Chiquinho Guimarães (Ação CEAPA)	29/09	Criar um espaço de debate e troca de experiências com representantes da ESF (Estratégias de Saúde da Família), objetivando provocar sensibilização da equipe acerca das penas alternativas e sobre a CEAPA; ensinar a qualificação do acompanhamento psicológico do usuário em cumprimento de PSC; promover esclarecimento da metodologia do programa, criando fluxos contínuos para realização de outras ações conjuntas.	Provocar a sensibilização e a reflexão sobre as penas alternativas no contexto da Política de Prevenção; abrir canais de discussão contínua para construção de outras ações em parceria com a entidade, evitando a ação fragmentada na rede; contribuir com a integração dos serviços tendo em vista o cumprimento de penas alternativas.
				Realizar, em parceria com UBSF do território, uma intervenção comunitária com	Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis entre o público-alvo do Fica

20	CPC Jardim Canaã – Uberlândia	Ação Protagonismo Jovem – mobilização em torno de temas da saúde e acesso ao UBSF (Ação Fica Vivo!)	22/09	os jovens do território, com o objetivo de conscientizá-los sobre diversas doenças crônicas que podem ser evitadas através de mudanças de hábitos de vida. Fomentar a mobilização dos jovens em torno do acesso à unidade básica da saúde da família, informando os direitos que eles têm de receber atendimento sem precisar do acompanhamento de um adulto responsável. As técnicas utilizadas foram roda de conversa e filme	Vivo!; acesso a direitos pelos jovens por meio do uso dos serviços oferecidos pelo posto de saúde, também resguardando direito de sigilo; promover a mobilização em torno de outras causas da adolescência, tais como a gravidez. A ação impacta sensivelmente a dinâmica de criminalidade do território, pois o empoderamento desse público pode ensejar a mudança na forma de se ver na comunidade, trazendo a fomentação da cidadania e do autocuidado dos mesmos.
21	CPC Turmalina – Gov. Valadares	Roda de Conversa com alunos (as) da Escola Estadual Cecília Meireles (Ação Fica Vivo!)	13/09	Possibilitar espaço de diálogo para aproximação dos jovens daquela escola visando identificação de demandas individuais e/ou coletivas no que tange à segurança pública e demais direitos sociais. O objetivo da ação também é construir com os alunos objetivos comuns acerca de possíveis intervenções no território.	Espera-se que a partir das demandas apresentadas pelos (as) alunos (as), as equipes do CPC possam analisar estratégias de mobilização e participação comunitária em torno de questões e problemas de interesse público, gerando atendimentos coletivos para o PMC e possíveis encaminhamentos para as oficinas do Fica Vivo!.
22	CPC Citrolândia – Betim	Torneio de truco com Jovens do bairro Cruzeiro (Ação Fica Vivo!)	17/09	Reunir os jovens no espaço cedido pela igreja católica, utilizando como estratégia um torneio de truco, com o objetivo de criar diálogos e reflexões sobre temas abordando a responsabilização pelas escolhas individuais, dilemas presentes na adolescência. Pretende-se utilizar técnicas com imagens e frases no espaço. O torneio de truco foi programado com tabela de partidas envolvendo oito duplas, divididas em dois grupos, saindo um finalista de cada grupo.	Possibilitar a intervenção com os jovens da região do Cruzeiro, que é fruto de uma ocupação de aproximadamente 15 anos; intervir no território que é marcado pela ausência de espaços de Lazer para a Juventude, por meio do uso do espaço cedido no prédio de uma igreja católica local.
	CPC Minas Caixa – BH	Mobilização junto a rede de serviços locais (Ação CPC)		Realizar a primeira reunião de rede do território de abrangência do CPC Minas Caixa com o objetivo de propiciar um espaço para	Adesão das entidades às propostas da Política de Prevenção no território; construção de uma pauta mínima para dar continuidade

23			22/09	reconhecimento mútuo entre as entidades atuantes na região, objetivando estreitar os laços com a política de prevenção. Ensejar debate dos entraves locais da região, para que haja eleição dos principais problemas da rede de serviços e para que sejam definidas as ações prioritárias para um melhor fluxo.	à proposta de uma reunião de rede mensal para discutir as dificuldades de articulação entre os equipamentos/serviços e construir um espaço efetivo de diálogo entre os atores no território. Promover a aproximação e mobilização dos gestores das políticas presentes em torno de problemas comunitários.
24	CPC Centro – Juiz de Fora	Café com agente (Ação CPC)	23/09	Reunir profissionais atuantes na Penitenciária José Edson Cavalieri, com objetivo de mobilizá-los em torno das intervenções com pré-egressos realizadas pelo PrEsp. Realizar momentos interativos nos quais se publique informações relacionadas ao estigma do ex-detento, dificuldades percebidas quanto ao acesso ao trabalho. Utilizar a metodologia da Terapia Comunitária Integrativa, de modo a fomentar a voz dos profissionais na instituição.	Promover a sensibilização dos agentes quanto ao público egresso, buscando desconstruir possíveis conceitos distorcidos presentes; promover a adesão destes profissionais, de modo a facilitar o desenvolvimento da intervenção com pré-egressos e a resolução de questões relacionadas com horário e espaço físico para realização dos encontros.
25	CPC Serra - BH	Ação junto ao conselho de pais "Criança Feliz" (Ação Mediação)	29/09	Reunir os interessados em um espaço de debates, visando à identificação de problemas e a construção de ações para resolução de conflitos. A finalidade deste encontro é a resolução de conflitos interpessoais entre membros do Conselho, que se encontra em crise de gestão financeira. Ele tem sido alvo de críticas da comunidade, sendo que há professores da creche em greve.	Abertura de canais de diálogo entre os participantes, para que as providências cabíveis e necessárias sejam tomadas, tendo em vista os direitos dos colaboradores da creche, bem como os das crianças de pais trabalhadores que estão sem aula.
26	CPC PPL – BH	Ação de intercâmbio entre jovens das oficinas de cabelo e	26/08	Promover o encontro de jovens atendidos do Programa Fica Vivo!, a fim ensejar a mobilização dos mesmos em torno da participação nas ações do programa no território. Criar um espaço de discussão sobre direitos, a partir da	Promover a adesão dos jovens participantes às ações do Programa Fica Vivo! naquele espaço do território; promover a circulação da comunidade pelo espaço cidadão, intervenções visando novos intercâmbios; estruturar grupos

		identidade e percussão (Ação Fica Vivo!)		estratégia de disponibilização das oficinas de Cabelo e Identidade e Percussão. A ação também tem a finalidade de fomentar a participação da comunidade no Espaço Cidadão, uma vez que a oficina de Percussão está sendo desenvolvida no mesmo.	direcionados a discussões sobre o acesso a direitos.
27	CPC PPL – BH	Torneio de Futsal (Ação Fica Vivo!)	08/09	Reunir os jovens da Vila Nossa Senhora dos Passos e Favelinha em torno de um torneio de Futsal, com objetivo de fomentar a circulação dos jovens no território, promover a interação da comunidade e outras oficinas, bem como estimular articulações entre osicineiros atuantes no território, que também são referências para a comunidade atendida.	Adesão dos jovens participantes às ações do Programa Fica Vivo!; inclusão de novos jovens nas oficinas; divulgação das oficinas, interação entre os jovens e circulação pelo território da Vila Senhor dos Passos e Favelinha.
28	CPC Morro das Pedras – BH	Torneio de Futebol Sub.14 e Sub.15 (Ação Fica Vivo!)	27/08	Promover um torneio de futebol voltado para o público das oficinas do Programa Fica Vivo, com objetivo de estimular e facilitar a circulação dos adolescentes e jovens pela região de moradia (dentro do território mas em áreas tradicionalmente “divididas”: Cascalho, Ventosa e Vila Olímpica); promover evento de encerramento com apresentações de capoeira, realização de grafite no muro do campo do Cascalho, distribuição de bonés confeccionados pela oficina de artesanato, apresentação das oficinas de percussão.	Promover o acesso de adolescentes e jovens a serviços e espaços públicos e comunitários de convivência; favorecer a criação de espaços de resolução pacífica de conflitos; favorecer a redução de rivalidades violentas entre adolescentes e jovens da região; aproximar o CPC da comunidade;



29	CPC 1º de Maio – BH	Mobilização na Virada da Educação (Ação CPC)	17/09	Reunir jovens com idade entre 12 e 24 anos em torno da apresentação atividades que serão desenvolvidas no espaço escola, tais como oficinas de dança e cultura. O objetivo do encontro também é realizar ações que atraiam o público com idade de 15 a 17 anos para o ambiente escolar, criando uma aproximação com jovens que tenham abandonado este espaço, ressignificando o espaço da escola; divulgar as oficinas do Programa Fica Vivo! e apresentar as ações do Programa Mediação de Conflitos.	Reaproximar da escola os jovens que dela evadiram, contribuindo para o acesso à educação e à prevenção à criminalidade; aumento do acesso aos programas e aos atendimentos prestados pelo CPC; fortalecer as ações de rede do território, que promovam os direitos das crianças e adolescentes, como acesso à cultura e ao lazer, como direitos que podem impactar na diminuição das violências para este público.
30	CPC Jardim Felicidade – BH	Ação de mobilização "Escola de Pais" (Ação CPC)	24/08	Reunir pais de alunos e alunos do EJA no evento com objetivo de promover discussões relevantes para este público, por intermédio de palestras, seminários e formações que permeiam a qualidade, permanência e acesso dos jovens na escola. Para tanto, planejou-se a palestra: "O que é: Prevenção Social: às violências e às criminalidades"; planeja-se também utilizar técnicas de dinâmicas e participação do grupo e também divulgará seus programas.	Aumentar a adesão da comunidade presente (em qualidade e em quantidade) nas ações de prevenção das violências e criminalidades no território; fortalecer o vínculo com a comunidade e rede local através de ações integradas; integrar ações de outros serviços e políticas públicas que estejam interessadas na pauta da prevenção social das violências e criminalidades.
31	CPC Bethânia – Ipatinga	Roda de Conversa na Virada da Educação (Ação CPC)	25/06	Realizar roda de conversa abordando a temática sobre Álcool e outras Drogas, numa perspectiva ampla, com o objetivo de abrir um canal de diálogo e reflexão sobre esta temática e provocar adesão do público para participação dos encontros do FIAD (Fórum Intersetorial de Álcool e Drogas). No geral, as atividades atingirão mais de 70 espaços públicos de toda cidade. O evento reunirá apresentações de teatro, danças, exposições, palestras	Integração da escola com comunidade; participação dos jovens atendidos pela política de prevenção no FIAD, um espaço democrático de participação e mobilização social; potencializar e articular as ações coordenadas da rede em que o Centro de Prevenção atua.

				temáticas, oficinas, intervenções artísticas, música, jogos e brincadeiras.	
32	CPC Nova Contagem – Contagem	Intervenção com as famílias do Chiara Palazzoli (Ação Mediação)	23/09	Abrir espaço de diálogo e construção coletiva para melhoria da convivência familiar do público atendido pelo Centro de Acolhida Chiara Palazzoli e da comunidade do entorno, através da discussão de temas sugeridos pelas famílias; contribuir para mudança da realidade.	Fortalecimento e empoderamento do grupo alvo da intervenção no sentido da assunção de comportamentos alinhados à resolução pacífica dos conflitos. Fomento da autonomia individual e grupal acerca de atitudes de busca de conhecimentos, que contribuem com estratégias de como lidar com a situação de violência em geral, uso de álcool e outras drogas etc.
33	CPC Palmital – Santa Luiza	Ação de mobilização na semana social da Paróquia Santíssima Trindade (Ação Mediação)	13/08	Reunir a comunidade com objetivo de promover um espaço de mobilização sobre os serviços do Programa Mediação, em parceria com a Igreja Nossa Senhora da Penha, em um evento de encerramento da semana social, que teve como temática central a visibilidade do tema violência doméstica.	Articular a política de prevenção à criminalidade do território em pautas convergentes ao seu escopo de atuação, vinculando parceiros institucionais em torno do enfrentamento à violência doméstica; provocar adesão dos presentes em ações da política no território; aumentar os atendimentos do Programa Mediação de Conflitos.
34	CPC Rosaneves – Ribeirão das Neves	Ação de Mobilização sobre Saúde Municipal	27/09	A reunião tem como objetivo discutir os principais problemas enfrentados pelos moradores em torno do acesso aos serviços locais de saúde. Espera-se estabelecer consensos acerca dos rumos a serem dados pelos presentes, considerando possibilidades de reuniões com a secretaria de saúde, visando melhoria dos serviços.	Qualificar o acesso da comunidade aos serviços locais de saúde, tendo em vista a queixa de alguns moradores sobre o descaso da equipe do PSF e outras reclamações.

Nas ações contabilizadas acima, descritas individualmente em datas distintas, foram lançadas finalidades a serem desenvolvidas junto aos públicos.

A definição das ações partiu de orientações conjuntas entre OEP e OSCIP com o objetivo de alinhar o referencial conceitual acordado sobre mobilização comunitária. Foi enviado ofício para as equipes dos Centros, que descrevemos abaixo.

Ao conceber a segurança pública como direito social, a Política de Prevenção desenvolve um novo referencial de segurança pública que busca garantir prevenção com participação e cidadania. A mobilização social é um dos tópicos norteadores das ações de prevenção, pois é justamente o processo por meio do qual se reforça os referidos

mecanismos de participação na construção de uma segurança cidadã. Por esta razão, no programa de trabalho pactuado, foram previstas metas relacionadas a estas atividades de fomento à mobilização. Essas ações são consideradas espaços de diálogo/ debate e construção coletiva sobre questões/ problemas vivenciados pelas pessoas atendidas pela política e demais interessados.

Para fins de cumprimento desse indicador, OEP e OSCIP definiram que é considerada ação de mobilização comunitária a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público.

Desta forma, as ações são situações coletivas – há mais de uma pessoa presente – que tem como pauta de diálogo e debate questões de interesse público. É possível realizar ações de mobilização nos espaços criados nas redes parceiras, por exemplo, junto a representantes de instituições em que a política se articula no território ou no âmbito municipal, desde que o propósito do encontro seja o de mobilização. Assim, as ações de mobilização com a rede se distinguem das reuniões metodológicas ou ordinárias, como por exemplo, as reuniões com GEPAR. São ações com rede que buscam também tratar de demandas dos públicos da política de prevenção e colaborar com processos de mobilização comunitária dos mesmos. Podem ser consideradas ações de mobilização: reuniões/ encontros temáticos com jovens ou comunidade em geral, casos coletivos, fóruns, encontros com parceiros da rede ou grupos/ comissões de trabalho.

Para que as ações se consolidassem, a programação das mesmas foi previamente analisada e aprovada.

Por sua vez, o registro das ações é de suma importância para acompanhamento do indicador e qualificação do trabalho. Para tanto, deverão seguir os seguintes passos: 1) passar lista de presença, 2) redigir a ata e 3) realizar registro fotográfico. Em alguns casos, o registro fotográfico pode gerar situações desconfortáveis para os presentes, devendo os membros das equipes estarem atentos à possibilidade de não o realizar. Nesse caso, pede-se descrição posterior do motivo da não realização do registro fotográfico.

Importante ressaltar que a ata não se confunde com os relatos metodológicos de atendimentos. Ela é feita de modo sucinto e prima pela objetividade. Os elementos básicos da ata são: 1) Pauta da reunião (o propósito para o qual as pessoas se reuniram). 2) Discussões (o porquê das decisões tomadas, o porquê de algumas ideias), 3) Decisões (o que foi acordado entre os presentes). 4) Encaminhamentos (pode ser importante indicar os prazos para execução de tarefas e estabelecer o dia, horário, local e participantes do próximo encontro).

De modo geral, nas ações acompanhadas nota-se uma contínua demanda para conquista de direitos básicos tais como lazer, esporte, habitação, transporte e saúde. O associativismo também segue tratado em alguns casos relacionados a processos de organização comunitária. Especificamente sobre as mobilizações em torno de demandas de uso de espaços públicos, ou de uso indevido desses espaços, percebe-se que alguns são apropriados pelo tráfico, o que cerceia o uso comunitário. A escassez de equipamentos é marcante nos territórios e isso se revela tema bastante incorporado pelos atores sociais participantes das ações no período.

Sublinhe-se, outrossim, que em alguns territórios há intensa dinâmica criminal. Nestes territórios têm se apresentado, no decorrer dos meses de agosto e setembro, alta incidência de tiroteios, assaltos e tráfico de drogas. Neste sentido, as ações foram realizadas em locais onde a dinâmica criminal é mais intensa, almejando assim a ressignificação desses locais, vistos como locais de tráfico.

Abaixo, segue quadro sinóptico com maiores dados acerca das ações desenvolvidas:

#	CPC / Local	Nome	Data Prevista	Realização	Número de participantes	Fonte (s) de comprovação
1	CPC Ribeiro de Abreu	Roda de conversa com lideranças	22/08	22/08	15	Ata, lista de presença e foto

2	CPC Ribeiro de Abreu	Mobilização para segurança comunitária	30/08	30/08	13	Ata, lista de presença e foto
3	CPC PPL	Caso do beco do Murilo	24/08	24/08	7	Ata, lista de presença e foto
4	CPC Carapina GOVAL	Roda de Conversa com Associações de Bairros	31/08	-	-	<u>A ação não aconteceu pois, por conta das eleições, os líderes candidatos a vereadores e cancelaram o encontro.</u>
5	CPC Turmalina GOVAL	Gestão Quadra Comunitária	11/08	11/08	10	Ata e lista de presença
6	CPC Turmalina GOVAL	Roda de Conversa com Moradores e Referências	30/08	30/08	10	Ata, lista de presença e foto
7	CPC Cid. Cristo Rei – MOC	Mobilização adesão ações de prevenção	11/08	11/08	22	Ata, lista de presença e foto
8	CPC Stos Reis – MOC	1º Festival de Pipas	20/08	20/08	59	Ata, lista de presença e foto
9	CPC Vila Pinho – BH	Revitalização do campo de futebol	12/08	12/08		Ata. Segundo a gestão social, não houve lista de presença, visto que no encontro havia jovens envolvidos diretamente com a criminalidade.
10	CPC 1º de maio – BH	Encontro com Lideranças e feirantes Locais	18/08	18/08	12	Ata, lista de presença e foto
11	CPC Morro das Pedras – BH	Mobilização em torno do uso do "Parquinho da Rua Alice"	05/08	05/08	9	Ata e lista de presença
12	CPC Rosaneves – Ribeirão das Neves	Integração dos serviços de proteção social	16/08	16/08	5	Ata e lista de presença
13	CPC Jardim Leblon – BH	Mobilização Conjunto Laranjeiras	27/08	27/08	10	Ata, lista de presença e fotos
14	CPC Jd. Teresópolis – Betim	Associação Comunitária Ação Social	17/08	17/08	4	Ata, lista de presença e fotos
15	CPC Cid. Cristo Rei – MOC	Retomada prevenção na Vila Tupã	23/08	23/08	19	Ata, lista de presença e fotos
16	CPC Stos Reis – MOC	Roda de conversa com Jovens	24/08	24/08	23	Ata, lista de presença e fotos

17	CPC Ressaca – Contagem	Associativismo “Tomada Ecologia”	26/08	26/08	4	Ata, lista de presença e fotos
18	Rosaneves – Ribeirão das Neves	Ação rede desenvolvimento social	13/09	13/09	15	Ata, lista de presença e fotos
19	CPC Rosaneves – R. das Neves	Ação coletiva Transporte	06/09	06/09	4	Ata e lista de presença
20	CPC Serra – BH	Coordenação Local (CCL)	05/09	05/09	7	Ata e lista de presença
21	CPC Cabana – BH	Projeto Rádio Cabanão FM	08/09	08/09	6	Ata, lista de presença e fotos
22	CPC Bethânia – Ipatinga	Perspectivas das políticas sobre álcool e drogas	08/09	08/09	58	Ata, lista de presença e fotos
23	CPC PPL – BH	Construindo Identidades	24/09	24/09	38	Ata e fotos
24	CPC Conj. Esp./ Vila Cemig	Mobilização moradores da rua 6	23/09	23/09	17	Ata, lista de presença e fotos
25	CPC Centro – Juiz de Fora	Mobilização e formação em Direitos Humanos	14/09	14/09	22	Ata, lista de presença e fotos
26	CPC Centro – Vespasiano	Café com a rede	21/09	21/09	8	Ata, lista de presença e fotos
27	CPC Morro Alto – Vespasiano	Ação com lideranças comunitárias	29/09	29/09	9	Ata, lista de presença e fotos
28	CPC Cidade Cristo Rei – Montes Claros	Torneio de Futsal: Viva bem!	24/09	24/09	48	Ata, lista de presença e fotos
29	CPC Morro das Pedras – BH	Encontro com lideranças locais	24/08	24/08	10	Ata e lista de presença
30	CPC Santos Reis – Montes Claros	Ação no Eldorado – “Praça da Alegria”	25/08	25/08	57	Ata, lista de presença e fotos
31	CPC Centro – Montes Claros	Ação com a ESF municipal	29/09	29/09	7	Ata, lista de presença e fotos
32	CPC Jardim Canaã – Uberlândia	Protagonismo Jovem – saúde	22/09	22/09	10	Ata e fotos
33	CPC Turmalina – Gov. Valadares	Roda de Conversa alunos da Escola	13/09	13/09	26	Ata, lista de presença e fotos
34	CPC Citrolândia – Betim	Torneio de truco com Jovens	17/09	17/09	21	Ata, lista de presença e fotos

35	CPC Minas Caixa – BH	Mobilização rede de serviços	22/09	22/09	8	Ata e lista de presença
36	CPC Centro – Juiz de Fora	Café com agente	23/09	23/09	29	Ata e fotos
37	CPC Serra - BH	Ação conselho de pais “Criança Feliz”	29/09	29/09	8	Ata e lista de presença
38	CPC PPL – BH	Intercâmbio oficinas de cabelo e identidade e percussão	26/08	26/08	14	Ata e fotos
39	CPC PPL – BH	Torneio de Futsal	08/09	08/09	23	Ata e fotos
40	CPC Morro das Pedras – BH	Torneio de Futebol Sub.14 e Sub.15	27/08	27/08	44	Ata e fotos
41	CPC 1º de Maio – BH	Mobilização na Virada da Educação (Ação CPC)	17/09	17/09	40	Ata e fotos
42	CPC Jardim Felicidade – BH	Ação de mobilização “Escola de Pais”	24/08	24/08	40	Ata e fotos
43	CPC Bethânia – Ipatinga	Roda de Conversa na Virada da Educação	25/06	25/06	20	Ata e fotos
44	CPC Nova Contagem – Contagem	Intervenção famílias Chiara Palazzoli	23/09	23/09	11	Ata, lista de presença e fotos
45	CPC Palmital – Santa Luiza	Mobilização semana Paróquia Santíssima Trindade	13/08	13/08	25	Ata e fotos
46	CPC Rosaneves – Rib. das Neves	Ação Mobilização sobre Saúde Municipal	27/09	27/09	10	Ata e fotos
				TOTAL	857 pessoas	

De forma geral, o detalhamento das ações com a comprovação de listas de presença, atas e registro fotográfico acompanham o acervo comprobatório deste relatório, assim como os ofícios de aprovação das ações pela supervisão do termo de parceria.

Seguem alguns exemplos das ações realizadas por meio de seus registros fotográficos:





Construindo Identidades – Data de realização: 24/09 – CPC Pedreira Prado Lopes – Belo Horizonte/MG



Torneio de Futebol Sub.14 e Sub.15 – Data de realização: 27/08 – CPC Morro das Pedras – BH



Roda de Conversa alunos da Escola Estadual Cecília Meireles - CPC Turmalina – Gov. Valadares. Data de realização: 13/09



Torneio de truco com Jovens – CPC Citrolândia – Betim. Data de realização: 17/09



Torneio de Futsal: Viva bem! –CPC Cidade Cristo Rei – Montes Claros. Data de realização: 24/09



Mobilização e formação em Direitos Humanos – CPC Centro – Juíz de Fora. Data de realização 14/09

[Handwritten signature]



Mobilização moradores da rua 6 — CPC conj. Esp./ Vila Cemig. Data de realização: 23/09

Fonte de comprovação do indicador

Registro fotográfico, lista de presença e atas.

3 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISITOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISITOS E REALIZADOS – 1º TRIMESTRE

Área Temática	Produto	Peso (%)	Início (Mês)	Término (Mês)	Período Avaliatório	Status ¹
2 Ações transversais realizadas pela política de prevenção social à criminalidade	2.1.	10	Mês 03	Mês 06	3º	1
	4					
4 Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	4.1	5	Mês 01	Mês 06	3º	1
	4.5.	5	Mês 04	Mês 06	3º	1

¹Possíveis Status de Execução: 1- Plenamente executado dentro do prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Não executado



3.1 – Detalhamento da realização dos produtos:

Área Temática: Ações transversais realizadas pela política de prevenção social à criminalidade

Nº e Nome do produto: 2.1 Diagnóstico estrutural das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade

Duração		Status ¹
Início (Mês)	Término (Mês)	
03	06	1

¹Possíveis Status de Execução: 1- Plenamente executado dentro do prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Não executado

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

O diagnóstico estrutural das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade é produto que visa proporcionar tanto à OSCIP quanto ao OEP se apropriar da situação atual das unidades em termos de infraestrutura, conservação dos bens, estado do espaço físico, bem como obter a descrição do patrimônio das unidades existentes. O documento além de descrever minuciosamente as unidades, contando inclusive com anexos fotográficos, apontou os principais problemas estruturais encontrados e trouxe de forma sintética as intervenções mais prioritárias.

O documento foi construído com a colaboração dos gestores sociais e técnicos administrativos das unidades de prevenção à criminalidade, que preencheram um roteiro que contemplou os aspectos necessários ao diagnóstico, conforme descrição do produto contemplado no termo de parceria. O roteiro a ser respondido foi proposto pela OSCIP e aprovado pelo OEP. Os resultados foram apresentados por unidade de prevenção.

Por meio deste produto, percebeu-se que há diversas fragilidades decorrentes do levantamento efetuado, que desafiam diferentes intervenções.

Neste sentido, como empecilho já de conhecimento da supervisão do termo de parceria e do próprio órgão estatal parceiro, figura a exiguidade de recursos disponíveis para intervenções, que demandam o emprego de recursos financeiros estatais. A estrutura física dos centros de prevenção à criminalidade não é de responsabilidade da OSCIP e o termo de parceria n. 35 de 2016 não prevê disponibilidade para reformas, adequações, locação de imóveis, entre outros.

Como pressuposto de qualquer intervenção proposta sugerimos, em primeiro lugar, que este produto, também encaminhado ao Núcleo de Implantação e Gestão, sirva de base para que se possa buscar dentro das instâncias administrativas cabíveis o planejamento orçamentário adequado a satisfazer as necessidades de cada um dos centros de prevenção à criminalidade.

Em sua maioria, as intervenções propostas demandam:

- avaliar a continuidade dos CPC's nos referidos imóveis: caso do CPC Santa Lúcia (pela precariedade), Nova Contagem e Ipatinga (pela falta de acessibilidade);
- promover a composição com as instituições parceiras, no caso de cessão gratuita dos imóveis, para possíveis reformas de estrutura (Pedreira Prado Lopes);
- realizar obras para adequação de segurança, sob pena de risco para as próprias equipes. É o exemplo do CPC BH (colocação de telas na janela); Morro Alto e Rosaneves (alagamento); Santa Lúcia (mofo e péssima ventilação, caixa de água sem tampa, fiação exposta, infiltrações no teto). Tais intervenções consideramos que seja de necessidade imediata.
- adquirir e colocar ventiladores nas unidades: trata-se de uma reclamação geral e ampla. Há unidades que alcançam a temperatura interna de 39 graus celsius (Nova Contagem e Cidade Cristo Rei).
- substituir as divisórias por paredes ou por outra solução que permita a proteção acústica adequada: trata-se de uma demanda geral, uma vez que compromete o sigilo dos atendimentos.

- f) prover os CPC's de espaços de reunião: trata-se de uma demanda geral. Recomenda-se neste sentido que este seja um aspecto que seja observado na seleção de novas estruturas;
- g) realização dedetização: há casos de infestação por insetos e outros animais (baratas, marimbondos, cupim e pombos), que é o caso do CPC Cristo Rei, PTB, Rosaneves e Taquaril;
- h) promover a substituição geral de vidros e louças de banheiro: este aspecto cria uma organização do ambiente com motivação;
- i) promover reforma em instalação elétrica: para maior iluminação das casas, já que há muitos relatos de ambientes escuros (medida solicitada com frequência); troca de fios antigos para evitar acidentes;
- j) Prover a unidade de extintores de incêndio: de forma geral, não há nas unidades uma estrutura adequada a enfrentar incêndio;
- k) Instalar corrimão: trata-se de segurança. Caso específico do CPC Turmalina.
- l) Reformar parte hidráulica: caso de esgotos e fossas cheias ou inadequadas com retorno de esgoto. Necessidade de limpeza de caixa de gordura e de caixa de esgoto.

No que tange aos bens permanentes, as reivindicações são inúmeras e envolvem em regra materiais de informática e acesso à internet. Há pedidos de mesas, cadeiras, geladeira, micro-ondas, armários, persianas, entre outros. Cabe à diretoria do NIG avaliar a propriedade de tais reivindicações.

Avaliamos que este produto é de extrema importância para se conhecer a fundo o dia a dia das equipes e os principais entraves decorrentes das limitações estruturais, porém reconhecemos a limitação deste instrumento quanto à propositura de intervenções diretas, dada a exiguidade de forças da OSCIP para solucionar as questões elencadas e diagnosticadas, sem que isso traduza insensibilidade ou distanciamento em relação ao problema. O comprometimento com a qualidade de vida dos nossos colaboradores nos provoca a não nos quedarmos inertes em face das questões aqui elencadas.

A Diretoria de Implantação e Gestão das Unidades de Prevenção – NIG, ao tomar conhecimento do diagnóstico estrutural, imediatamente filtrou se selecionou demandas mais urgentes, promovendo a definição de agendas de visitas de profissionais da SEPS, responsáveis pelas intervenções necessárias. Várias demandas de manutenção e informática foram realizadas. Para demandas que necessitam da realização de compras, foi liberado recurso para atendimento parcial das necessidades. Alguns bens permanentes foram também enviados às unidades, na medida da pertinência da solicitação e da disponibilidade da entrega. A NIG continua trabalhando na busca das soluções para as demandas apresentadas no Diagnóstico Estrutural.

O relatório de diagnóstico aprovado pela OEP compõe o acervo probatório deste relatório e se encontra à disposição desta comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do produto

Apresentação do relatório contendo diagnóstico aprovado pelo OEP.



Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Nº e Nome do produto: 4.1 Elaborar e apresentar catálogo da Rede de Prevenção à Criminalidade

Duração		Status ¹
Início (Mês)	Término (Mês)	
01	06	1

¹Possíveis Status de Execução: 1- Plenamente executado dentro do prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Não executado

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

O produto Catálogo de Rede de Prevenção à Criminalidade foi entregue dentro do prazo estabelecido. Foi pactuada a entrega de 45 versões para os Centros de Prevenção à Criminalidade e 5 para as diretorias dos programas.

Para a elaboração e entrega deste produto, planejou-se:

- 1) fase para elaboração de uma planilha de dados, de modo que houvesse atividades de organização de todos os dados de catálogos de cada programa da política;
- 2) fase de elaboração do catálogo impresso, propriamente dizendo.

No entanto, para que essas fases ocorressem foi necessário compreender as demandas de cada um dos programas em específico, criando consensos entre todos para formatação de um único padrão de catálogo. Portanto, assim como em outros indicadores e produtos, a OSCIP realizou alinhamento com o OEP a fim de estabelecer consensos acerca desses padrões a serem contemplados na planilha. Isso incluiu o debate sobre a classificação dos serviços, presença de linhas e colunas de atualizações, aplicação de filtros de pesquisa, a formatação do catálogo impresso, etc., visando criar um produto que atendesse ao máximo os operadores da política pública, tanto no nível estratégico das diretorias, quanto no operacional dos CPC's, enfim, entre aqueles para os quais esse instrumento sistematiza e organiza as informações acerca de recursos de que dispõem os quatro programas.

Foi atendida a solicitação de envio de todas as informações e documentos on-line que os Centros de prevenção dispusessem, a fim de que fossem avaliados, sistematizados e formatados em um único padrão de planilha. Os documentos recebidos pela sede da OSCIP não tinham nenhum padrão estabelecido, apenas continham informações que as equipes dos CPC's tentavam organizar de forma incipiente. Algumas equipes organizavam planilhas em formato *Word* e *Open Office*, outras em *Excel*, de modo que não era possível aplicar um filtro para pesquisa dos serviços. Nesse sentido, a decisão de se organizar os dados em um arquivo no qual fosse possível aplicar filtros, tal como em arquivos do *Excel*, seria uma qualificação funcional de importância para compreensão dos recursos dos programas. Muitas entidades presentes nos diversos arquivos de catálogos das equipes não tinham classificação e sequer endereço, o que gerou uma imensa demanda de trabalho de pesquisa nos sites, sobretudo das políticas públicas municipais, a fim de que a classificação fosse feita adequadamente e também os endereços fossem inseridos e atualizados.

Como o cumprimento do produto prevê apresentação do catálogo em versão impressa, ponderou-se criticamente sobre o destino comum dessa forma de apresentação das entidades e recursos da rede. Revisitando várias publicações de outras políticas públicas, constatou-se que há um enorme recurso financeiro dispendido em versões impressas que se desatualizam repentinamente. Nesses casos, é evidente a possibilidade de o instrumento ser rapidamente desvalorizado e de cair em desuso, vez que, constatado que uma entidade procurada não tem informação válida, todo o restante tende a cair em descrédito. Portanto, com essa preocupação em mente, a OSCIP realizou sucessivos contatos com o OEP e reuniões com supervisores metodológicos dos programas visando consenso sobre esta problematização. Em resposta, foi unânime a concordância de que a melhor forma de se gerenciar informações da rede da prevenção à criminalidade é por

meio da criação de processos pelos quais se possa atualizar e incluir dados digitalmente, em uma planilha com frequência de atualização pré-estabelecida. O consenso máximo também ocorreu no fato de a versão impressa dever ser produzida com o mínimo de sofisticação possível para economia de recursos, expectativa esta que, evidentemente, não implicou na perda da qualidade da versão impressa entregue.

Atualmente, diante desse panorama, em paralelo à entrega já realizada dos catálogos, a OSCIP tem buscado definição junto às equipes de qual frequência, fluxos e formatos serão necessários para maximizar a funcionalidade do produto em versão digital.

É válido destacar que a OSCIP tem claro entendimento, desde o início das discussões preliminares para construção desse produto, que é de suma importância disponibilizar os dados catalogados acerca da rede de prevenção, de forma filtrável com botões de busca, também por meio do acesso à Internet. Por isso, vem estabelecendo diálogos não somente com os programas de prevenção, mas também com parceiros que sabidamente possuem *expertise* em desenvolvimento de aplicativos e plataformas em web, tal como a Prodemge. Como resultado desse processo, há um trabalho sendo desenvolvido no site da OSCIP que pretende concentrar os dados da planilha, de modo que as equipes e parceiros possam acessar até mesmo por meio de aparelhos portáteis e com articulação com a plataforma *Google Maps*, permitindo a visualização da entidade pesquisada em um mapa visual. A planilha digital será um recurso adicional e paralelo ao trabalho de pesquisa e edição dos dados diretamente no site. A previsão é que no mês de dezembro/16 esta plataforma de pesquisa no site da instituição esteja disponível para uso.

A versão impressa entregue aos gestores (as) e às Diretorias acompanha o acervo comprobatório deste relatório.

Fonte de comprovação do produto.

Apresentação do catálogo em formato impresso.



Área Temática: Inovação e aprimoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Nº e Nome do produto: 4.5. Realizar e replicar workshop voltado a trabalhar o tema de empreendedorismo

Duração		Status ¹
Início (Mês)	Término (Mês)	
04	06	1

¹Possíveis Status de Execução: 1- Plenamente executado dentro do prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Não executado

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

O produto Workshop de Empreendedorismo foi integralmente realizado dentro do prazo estabelecido e alcançou todas as exigências de comprovação. Conforme previsto no programa de trabalho, foi realizado o total de 10 cursos, com duração de 30 (trinta) horas cada, distribuídas em 5 (cinco) encontros de 6 (seis) horas. Ao todo, foram mobilizados/inscritos 152 (cento e cinquenta e dois) alunos.

Algumas turmas solicitaram uma ou duas aulas adicionais à carga horária prevista, visando aprofundar em conhecimentos acerca de temas, como administração financeira e formatos jurídicos. A demanda destas turmas foi atendida de forma voluntária pelos professores contratados para ministrar os cursos do Workshop.

Antes do início de cada curso, foi realizado um momento de sensibilização chamado de “Mobilização para o Workshop”, que consistiu em uma aula experimental para apresentar o plano de curso e os conteúdos programáticos. Além disso, ao final foram realizados eventos de conclusão dos cursos para que os alunos apresentassem seus planos de negócio, seus produtos e recebessem seus certificados.

Segue abaixo a relação de todas as turmas participantes do Workshop de Empreendedorismo e dos cinco encontros obrigatórios para cada turma previstos para a execução deste produto:

TURMA	HORÁRIO	AULA	DATA	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS CURSOS
Contagem	16h	1	09/08/2016	Rotary Clube: Rua Cap. Antônio Joaquim da Paixão, 123 - Centro, Contagem
		2	16/08/2016	
		3	23/08/2016	
		4	06/09/2016	
		5	13/09/2016	
Montes Claros	15h	1	22/08/2016	Conexão Juventude, Rua João Pinheiro, 26, Centro
		2	24/08/2016	
		3	29/08/2016	
		4	05/09/2016	
		5	12/09/2016	
Santa Luzia	17h	1	03/08/2016	Rua Brasília 1134, Santa Luzia
		2	10/08/2016	
		3	17/08/2016	
		4	24/08/2016	
		5	31/08/2016	
Betim	17h	1	04/08/2016	Rua Prof. Osvaldo Franco, 90, Centro Betim, Oitavo andar.
		2	09/08/2016	
		3	11/08/2016	
		4	16/08/2016	
		5	18/08/2016	

R. das Neves	13h	1	08/08/2016	Praça da Esplanada, s/n, casa 16
		2	11/08/2016	
		3	22/08/2016	
		4	29/08/2016	
		5	05/09/2016	
Veneza	13h	1	09/08/2016	ASMOVE Av. Osvaldo Alves de Araújo, 956 - Veneza - Ribeirão das Neves
		2	16/08/2016	
		3	23/08/2016	
		4	30/08/2016	
		5	06/09/2016	
Centro BH	15h	1	16/08/2016	Rua Espírito Santo, 466, Centro, BH
		2	18/08/2016	
		3	23/08/2016	
		4	25/08/2016	
		5	30/08/2016	
Casa Comboniana	13h	1	01/09/2016	Casa Comboniana: Rua VC-3 618, Nova Contagem (não está no Google Maps)
		2	08/09/2016	
		3	15/09/2016	CPC: Rua VP-1 1516, Nova Contagem
		4	22/09/2016	
		5	29/09/2016	
Jardim Felicidade	16h	1	05/09/2016	Escola Municipal Jardim Felicidade: Rua Expedicionário Jesus Ramos, n. 250, Jardim Felicidade
		2	06/09/2016	
		3	08/09/2016	
		4	19/09/2016	
		5	21/09/2016	
Primeiro de Maio	16h	1	06/09/2016	Escola Estadual Donato Werneck de Freitas R. Alcides de Souza, 112 - Primeiro de Maio
		2	15/09/2016	
		3	16/09/2016	
		4	27/09/2016	
		5	29/09/2016	

Seguem também os dados consolidados relativos à participação do público alvo nos cursos, sendo que muitas pessoas que não se inscreveram previamente acabaram por participar do workshop:

WORKSHOP EMPREENDEDORISMO - DADOS CONSOLIDADOS									
Centro de Prevenção	Mobilizados / Inscrições	Frequência média	Certificados	Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4	Aula 5	
1 CPC - Belo Horizonte	17	5	2	7	8	4	4	2	
2 CPC - Santa Luzia	11	5	4	8	5	4	4	4	
3 CPC - Contagem	12	4	4	4	4	5	3	4	
4 CPC - Ribeirão das Neves (Centro)	7	3,6	3	4	5	2	4	3	
5 CPC - Ribeirão das Neves (Veneza)	8	14,6	13	15	15	17	13	13	
6 CPC - Betim	9	6	5	8	6	6	5	5	
7 CPC - Nova Contagem	17	15,8	17	17	13	14	18	17	
8 CPC - Jardim Felicidade	34	21,8	20	32	18	20	21	18	
9 CPC - Primeiro de Maio	28	20	22	28	19	19	16	18	
10 CPC - Montes Claros	9	6,4	7	7	7	6	5	7	
Total / Frequência Média	152	10,22	97	130	100	97	93	91	

Observa-se na tabela acima que alguns workshops apresentaram número de superior de alunos, se comparado ao número de inscritos. Esta discrepância deve-se ao fato de que após o prazo "oficial" de inscrição, outros interessados surgiram e com isso foram incorporados antes do início do curso.

Para a execução deste produto foi publicado no site do IJUCI, no dia 24 de junho de 2016, um Termo de Referência para a contratação de pessoas físicas e/ou microempreendedores individuais para docência nos cursos do Workshop de Empreendedorismo. Contudo, como não houve candidatos com o perfil adequado exigido, o termo foi republicado no dia 19 de julho, conforme endereço eletrônico abaixo:

<https://www.ijuci.org.br/editais/termo-referencia-projeto-workshop-de-empreendedorismo/>

Na segunda publicação do Termo de Referência, cinco dos sete candidatos inscritos foram considerados aptos para ministrar os cursos e colaborar na elaboração da apostila.

Paralelamente ao processo de contratação dos professores, foram construídas diversas decisões sobre formação de turmas, plano de curso, apostila, datas, carga horária, possibilidade de locação de salas de aula, ajuda de custo para transporte para os alunos e fornecimento de lanche durante as aulas. É importante destacar que essas deliberações foram tomadas em conjunto com o OEP, gestores sociais e supervisores metodológicos.

Nesta sequência, para a formação das turmas foram abordadas possíveis soluções com vistas a gerenciar o risco de evasão e absenteísmo por parte dos alunos. Vislumbrou-se que a criação de um momento de mobilização, desenvolvido em conjunto pela Diretoria de Geração de Renda e Empregabilidade e o CPC, seria adequado para fidelizar o aluno ao curso. Neste momento de mobilização, foi feita a apresentação do curso e realizada a sensibilização dos usuários potenciais. Tal encontro, com duração média de 2 (duas) horas, propiciou um contato com os inscritos antes do início efetivo das aulas e abordou temas que seriam pautados durante o curso. Também explicou sobre a carga horária, local das aulas e conteúdo.

Quanto ao plano de curso, sua elaboração foi realizada com base em teorias que apresentam a educação fora da visão romantizada do empreendedor como um indivíduo predestinado a ser bem-sucedido apenas por suas brilhantes ideias. O curso foi estruturado para contemplar 3 (três) aspectos básicos que fundamentaram o planejamento dos workshops desenvolvidos: (1) o conteúdo deveria se desenvolver respeitando as experiências de cada aluno em uma aula construtiva e não apenas posta pelo professor, que não podia ser entendido como o único detentor do conhecimento; (2) os alunos deveriam ter acesso a depoimentos de empreendedores com a apresentação de casos de sucesso e de insucesso para fortalecer o processo reflexivo contrastante entre as próprias atitudes e aquelas que permitiram o empreendedorismo nas situações apresentadas; (3) o curso deveria proporcionar aos alunos o conhecimento instrumental próprio da Administração.

Ao final do curso todos os alunos foram convidados a apresentar seu modelo de negócio e seu plano de negócio desenvolvidos no workshop.

A apostila foi totalmente elaborada pela OSCIP e pelos professores contratados para ministrar o curso e foi aprovada pelo OEP. Ela foi desenvolvida nos mesmos moldes citados acima e também inspirados em estruturas de livros de administração, cujo conteúdo é apresentado através exercícios práticos e de casos reais de empreendedores e empresas que desencadeiam em propostas de ferramentas para solucionar seus problemas.

CONTEÚDO DA APOSTILA

Unidade I - O empreendedor e o empreendedorismo

Quem é empreendedor?

Quais são as habilidades de um(a) empreendedor(a)?

Características de um(a) empreendedor(a)

Mitos sobre os empreendedores

Unidade II - Como nasce um negócio: sobre ideias e oportunidades

Cê é doida, Maria?!

Vivenda: morar bem e viver melhor

Lixo Extraordinário

Unidade III - Como planejar os negócios

Construindo a sua marca e o seu posicionamento de mercado

Uma boa operação para um bom pão de queijo

Vamos entender como funciona os fatores de produção

Fluxo de uma cadeia de suprimentos

Alguns indicadores de desempenho

Unidade IV – Como um negócio cresce: sobre planejamento e finanças

Cristiano, um empreendedor que conhece de finanças

Plano de negócios

Estudo mercadológico

Chegamos ao fim. Do seu começo!

Referências Bibliográficas

Total de páginas: 66.

O perfil dos professores permitiu a adaptação em termos de linguagem técnica à baixa escolaridade dos públicos da política de prevenção. Todos detinham experiência comprovada como professores de empreendedorismo e/ou como empreendedores de seus próprios negócios. Quatro dos professores, além de atenderem a essas duas especificações de requisito, também possuíam experiência em projetos com públicos em situação prisional (APAC, PrEsp e Programa Fica Vivo!).

Sobre as datas, a carga horária e o local de realização do curso, a responsabilidade pela seleção e pela divulgação a potenciais alunos foi das equipes dos CPCs. O número de encontros (5) e a carga horária de cada encontro (6 horas) foi respeitado. Sugere-se que para próximas realizações de cursos essas duas exigências sejam flexíveis ou modificadas para 4 (quatro) horas-aula por encontro em 8 (oito) encontros, sendo o último destinado a uma apresentação dos trabalhos e formatura.

Das 10 (dez) turmas, 4 (quatro) foram mobilizadas pelas equipes dos programas de base local e 6 (seis) foram mobilizadas pelas equipes dos programas de base municipal. Diferentemente de hipóteses anteriores ao planejamento do Workshop, o grande público potencial para iniciativas de empreendedorismo é o da base local. O trabalho desenvolvido localmente possibilitou o acesso não só ao aluno mas também ao perfil comunitário, socioeconômico, cultural, geográfico, aproximado com a realidade vivenciada em seu negócio. No entanto, ressalta-se a grande necessidade de se identificar formas melhor aplicáveis e mais localizadas para os usuários do PrEsp que precisam da formação. Sugere-se que para este programa haja fonte de recursos para financiar os empreendimentos e alocar recursos para consultoria *in loco*.

Metodologicamente, observa-se que o Workshop é aderente aos propósitos da Prevenção à Criminalidade. Ele favorece a aproximação das equipes com a comunidade e com os usuários, o reconhecimento do limite das ações socioeconômicas no âmbito da prevenção, os limites e dificuldades possíveis (ou não) de auxílio através das estruturas dos programas para que os usuários estabeleçam sua agenda de responsabilidade e autonomia através da melhoria de seus negócios e de sua renda.

Por fim, observa-se que todas as turmas iniciadas foram concluídas; ademais, os alunos que deixaram o curso foram acompanhados. Em todos os casos, a evasão deveu-se à alteração de sua disponibilidade em razão de emprego. O controle de qualidade das aulas foi realizado pela OSCIP que presenciou parte das aulas, elaborou os relatórios de cada aula com os professores, orientou acerca da abordagem do conteúdo para as próximas aulas, entre outras ações fundamentais para alcançar os objetivos educacionais propostos no plano de curso.

O plano de curso, o material didático e as listas de presença compõem o acervo comprobatório deste documento e estão à disposição da comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do produto

Deverão ser apresentados o plano de curso, o material didático e as listas de presença dos diferentes workshops.



4 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO
QUADRO 3 – COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO

	Previsto				Realizado				Realizado (f) Previsto (-) Realizado		
	Entrada de Recursos	Mês 5		Mês 6		Acumulado	Mês 6			TOTAL	
		01/08/2016 a 31/08/2016	01/09/2016 a 30/09/2016	TOTAL	01/08/2016 a 31/08/2016		01/09/2016 a 30/09/2016	TOTAL			
1											
1.1	Receitas										
1.1.1	Repasses do Termo de Parceria	8.528.546,54	-	4.942.267,68	13.470.814,22	3.563.482,72	4.965.063,82	-	8.528.546,54	63,31%	4.942.267,68
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do TP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	-	-	-	5.800,37	32.899,77	49.539,04	88.239,18	-	(88.239,18)
(E)	Total de Entradas:	8.528.546,54	-	4.942.267,68	13.470.814,22	3.569.283,09	4.997.963,59	49.539,04	8.616.786,72	63,97%	4.854.028,50
2	Saída de Recursos										
2.1	Gastos com Pessoal										
2.1.1	Salários	1.814.689,36	835.193,00	835.193,00	3.485.075,36	987.884,80	750.404,89	668.715,90	2.407.005,59	69,07%	1.078.069,77
2.1.2	Estagiários	286.105,60	143.052,80	143.052,80	572.211,20	-	691,19	22.733,23	23.424,42	4,09%	548.788,78
2.1.3	Encargos	1.262.789,76	571.843,36	588.547,22	2.423.180,34	678.642,05	563.921,59	550.589,62	1.793.153,27	74,00%	630.027,07
2.1.4	Benefícios	482.867,66	218.953,45	218.953,45	920.774,56	231.484,43	162.115,43	159.511,94	553.111,80	60,07%	367.662,76
	Subtotal (Pessoal):	3.846.452,38	1.769.042,61	1.785.746,47	7.401.241,46	1.898.011,28	1.477.133,10	1.401.550,59	4.776.695,08	64,54%	2.624.546,38
2.2	Gastos Gerais	2.080.597,25	721.239,30	764.239,30	3.566.075,85	286.703,85	515.174,48	448.503,82	1.250.382,15	35,06%	2.315.693,70
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	111.215,00	-	-	111.215,00	1.780,00	-	-	1.780,00	1,60%	109.435,00
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	-	-	-	-	5.800,37	6.995,46	74.278,14	87.073,97	-	(87.073,97)
(S)	Total de Saídas:	6.038.264,63	2.490.281,91	2.549.985,77	11.078.532,31	2.192.295,60	1.999.303,04	1.924.332,65	6.115.931,20	55,21%	4.962.601,11



4.1 – ANÁLISE DAS DESPESAS E RECEITAS DO PERÍODO

Inicialmente cumpre destacar que o repasse previsto para ser realizado no mês de Julho/2016, no importe de R\$4.965.063,82 somente foi efetivado em 19/08/2016.

Nesse 3º Período Avaliatório, relativamente ao Relatório Gerencial Financeiro, merecem atenção os seguintes lançamentos:

- 41, 472 e 474 – foi depositado, incorretamente, o valor referente à aquisição de passagem aérea e hospedagem na conta do supervisor Leonardo Martins, sendo que tal valor foi restituído de pronto. Tais recursos foram utilizados para supervisão dos CPCs de Uberlândia;
- 514, 535 e 1080 – o recurso utilizado e descrito nesses lançamentos refere-se ao pagamento de combustível de veículos locados para o atendimento ao Termo de Parceria, conforme justificativa lançada na planilha. De fato, o contrato celebrado com a locadora de veículos dispõe, de forma expressa, que todos os veículos locados devem ser devolvidos com tanque de combustíveis cheio, sob pena de pagamento de multa. Assim, antes de efetivar a devolução dos veículos locados, é necessário proceder-se ao abastecimento dos mesmos, o que gera a utilização da rubrica de combustível. Tal gasto é eventual, ocorrendo somente no caso de necessidade de locação de veículos, uma vez que não temos carro próprio para o atendimento à sede administrativa do Termo de Parceria;
- 637 – foi depositado o valor de R\$20,45 referente aos juros e multa pelo atraso no pagamento da fatura de telefone fixo e internet, vencida em 15/08/2016, e quitada em 16/08/2016;
- 638 – a companhia aérea AZUL reservou e cobrou do IJUCI, de forma indevida, passagem aérea não solicitada, o que somente foi percebido após o pagamento. Assim, o valor pago indevidamente foi restituído à conta do Termo. Na verdade, ao emitir uma passagem para um dos supervisores, a companhia aérea o fez em duplicidade, o que gerou a cobrança e necessidade de estorno do valor, por parte da mesma;
- 1207 – a fatura do plano odontológico, contratado pela Sul América, trouxe em sua listagem funcionário de outro programa também executado pelo IJUCI. Assim que percebido o erro, o programa em questão cuidou de restituir à conta do Termo de Parceria o valor indevidamente pago;
- 1214 – após a checagem de efetividade, ocorrida em 09/09/2016, foram detectadas inconformidades em processos de compras e contratações que resultaram em glosa dos valores pagos. Assim, em 27/09/2016 o valor principal da glosa, no importe de R\$47.675,24 foi depositado na conta corrente do Termo de Parceria;
- 1277 – após o depósito do valor principal da glosa apontada, em 30/09/2016 foi depositado o valor referente à correção monetária, apresentada pela Comissão de Avaliação do Termo.

Nos Relatórios Gerenciais Financeiros do 1º e 2º períodos avaliatórios foram identificadas algumas falhas quanto aos rendimentos de aplicações financeiras e a incidência de impostos (IOF e IRRF), uma vez que os valores foram considerados líquidos para fins de lançamento, devendo estes ser desmembrados na forma bruta juntamente com os impostos. Seguem abaixo as retificações desses lançamentos na aba TP e os impactos que elas geraram nas outras abas dos Relatórios:

- RGF DO 1º PERÍODO AVALIATÓRIO:

Ficam acrescentados os seguintes lançamentos na aba TP:

- Rendimento de Aplicações Financeiras bruto no valor de R\$ 1.564,76 (lançamento nº 37)
- IOF no valor de R\$ 141,97 (lançamento nº 38)
- IRRF: R\$ 220,41 (lançamento nº 39)

Os lançamentos nº 8, 9 e 10 de estorno foram considerados no valor positivo em “outras receitas”, entretanto tais valores deveriam ter sido lançados no valor negativo de forma que não sejam contabilizados como receita. Sendo assim, foram lançados como negativos com a vinculação “despesas bancárias”.

Essas alterações impactaram nas abas ‘Analítico Cp.’ e ‘Analítico Cx’ de forma que o valor de R\$ 87,50 de ‘Outras Receitas’ foi suprimida e passou a constar os valores de Rendimentos de Aplicações Financeiras, IOF e IRRF.

Em consequência, na aba ‘Comparativo’, ‘gastos gerais’ de ‘Realizado’ passou de R\$ 26.122,12 para R\$ 26.397,00, e a aba ‘Resumo’ passa a ser o seguinte quadro:

Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social - SDES e Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania/Minas Gerais - IJUCI
nº/01 Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Mês 1	Mês 2
	20/04/2016	01/05/2016
	a	a
	30/04/2016	31/05/2016
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	-	-
(E) Total de Entradas de Recursos	-	351.564,76
(S) Total de Saídas de Recursos	-	73.378,18
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	-	278.186,58
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do TP	-	-
(PP) Provisonamentos de Pessoal	33.752,10	-
(C) Recursos Comprometidos	2.367.680,76	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C)	(2.123.246,28)	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

Saldo Extrato C/C do TP no período	154.283,70
Saldo Extrato CI do TP no período	123.902,88
Saldo Extrato C/C de RA no período	-
Saldo Extrato CI de RA no período	-
Saldo Fundo Fixo no período	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	278.186,58
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	-
Transferência para Reserva de Recursos	-
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	-
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	-

• RGF DO 2º PERÍODO AVALIATÓRIO

Devido às alterações do 1º Período Avaliatório, o 'Transporte de saldo acumulado' passou a ser de R\$ 278.186,58, conforme quadro "Resumo" anterior.

Em complemento, ficam acrescentados os seguintes lançamentos na aba TP:

- Rendimento de Aplicações Financeiras bruto de junho no valor de R\$ 2.627,86 (lançamento nº 135) e de julho R\$ 7.177,82 (lançamento nº 740);

- IOF de junho no valor de R\$181,33 (lançamento nº 136) e de julho R\$428,78 (lançamento nº 741);

- IRRF de junho de R\$ 459,13 (lançamento nº 137) e de julho R\$ 1.886,86 (lançamento nº 742).

Em consequência, os valores de rendimentos e impostos foram também alterados nas abas "Analítico Cp.", "Analítico Cx" e "Comparativo", sendo que o quadro "Resumo" passa a ser o seguinte:

Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS e Instituto Jurídico
para Efetivação da Cidadania/Minas Gerais - IJUCI
2º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Mês 3 01/06/16 a 30/06/16	Mês 4 01/07/16 a 31/07/16
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	278.186,58	1.255.966,34
(E) Total de Entradas de Recursos	1.217.060,63	2.009.009,83
(S) Total de Saídas de Recursos	239.280,87	1.341.725,43
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	1.255.966,34	1.923.250,74
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do TP	-	-
(PP) Provisonamentos de Pessoal	532.767,58	-
(C) Recursos Comprometidos	2.884.261,45	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C)	(1.493.778,29)	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

Saldo Extrato C/C do TP no período	1.904.267,44
Saldo Extrato CI do TP no período	18.983,30
Saldo Extrato C/C de RA no período	-
Saldo Extrato CI de RA no período	-
Saldo Fundo Fixo no período	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	1.923.250,74
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	-
Transferência para Reserva de Recursos	5.800,37
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	15,65
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	5.816,02

Cabe ressaltar que as retificações acima não alteram receitas e/ou despesas dos períodos avaliatórios, sendo somente adaptação das demonstrações financeiras.

Ainda, foram verificados equívocos quanto às demonstrações da Aba de Provisionamento de Pessoal, sem que, contudo, os valores existentes na referida conta sofressem alteração.



O saldo transportado do 1º para o 2º período avaliatório permanece o mesmo, tendo em vista que não houve, no período, movimentações de pessoal. Já no que se refere ao transporte de saldo acumulado do 2º para o 3º período avaliatório, o valor correto é de R\$836.303,81 (oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e três reais e oitenta e um centavos), e não R\$532.767,58 (quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Tal diferença se deu tendo em vista que na Aba TP, ao informar o valor do INSS Patronal, foi lançado o valor global da guia de GPS, sem discriminar a parcela descontada do salário dos funcionários. Essa ação elevou o valor do gasto da rubrica de INSS Patronal, o que reduziu o valor do saldo de transporte acumulado. Ao separar as duas linhas, lançando-se como INSS Patronal apenas as parcelas pagas pela Instituição, e lançando o valor descontado dos funcionários em separado, o montante puxado pela Aba de Provisionamento de Pessoal da rubrica de INSS Patronal diminuiu, o que fez aumentar o valor do saldo de transporte acumulado.

O relatório de discriminação dos valores encaminhado mensalmente pela Contabilidade contratada pela OSCIP não possibilitava a demonstração na planilha do Relatório Gerencial Financeiro de forma que refletisse a realidade dos valores provisionados, o que foi sanado em reunião realizada entre o OEP, a Instituição e a SEPLAG. Ressalte-se que não se trata de correção dos valores existentes na conta de Provisionamento de Pessoal, mas sim do demonstrativo de tais valores.



5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se comparado o desempenho da OSCIP nos períodos avaliatórios anteriores, percebe-se claramente a melhoria de seu desempenho, especialmente dos números que envolvem as metas de atendimento dos programas, o que deve ser considerado por esta comissão de avaliação.

Ademais, em relação às recomendações efetuadas pela comissão de avaliação, várias delas foram diligenciadas pela OSCIP, que aguarda a manifestação do OEP em relação às alterações necessárias nos regulamentos internos de compras e contratações, e de reembolso e despesas de viagem, o que por certo em muito facilitará o cumprimento de regularidade nos processos internos da OSCIP, não obstante o percentual de regularidade alcançado.

O plano de avaliação da política também demonstra o esforço conjunto de buscar melhorar o desempenho, e contempla muitos aspectos que são objeto de desafios e fragilidades apontadas.

Também ressaltamos que foi bastante louvável o fato da Secretaria de Planejamento ter disponibilizado a fórmula do cálculo da nota, o que por certo permitiu à OSCIP planejar melhor suas ações, ao verificar quais seriam as de maior impacto na melhoria de seu desempenho.

Outrossim, ainda que o OEP e a Seplag sejam firmes no sentido de afirmar que as metas foram pactuadas na assinatura do termo de parceria e que por isso não são cabíveis argumentos que sejam no sentido de demonstrar a intangibilidade de tais números, não é demais assinalar algumas nuances percebidas já ao longo desta execução.

O planejamento das metas pelo OEP e pela Seplag deveriam ter considerado os desafios da transição de um termo de parceria para outro, no que tange a alcançar metas que seriam muito adequadas caso não houvesse nem troca de OSCIP nem troca de equipes. No âmbito desta parceria intersetorial, o parceiro que tinha menores chances e condições de prever/criticar o descompasso entre o plano de trabalho idealizado e a realidade de programas interrompidos era a OSCIP. Neste sentido, não estamos aqui trazendo escusas sem lastro, mas estamos apenas alertando para que esta comissão traga esta realidade para a avaliação das circunstâncias ao julgar o desempenho da OSCIP.

Neste passo, é importante frisar que “a negociação do termo de parceria com uma Oscip no estado de Minas Gerais conta com colaboração da Seplag que, por sua vez, auxilia na definição das metas a serem atendidas. O monitoramento por parte do governo às Oscips, por sua vez, se dá por meio de uma comissão, encarregada de verificar se o previsto pelo termo de parceria fixado está sendo efetivamente cumprido. No entanto, trata-se de um controle a posteriori, focando mais nos resultados do que no processo em si”.¹

A função de uma comissão de avaliação de termo de parceria não lhe dá o condão de rever metas desconectadas da realidade, porém permite que ela avalie à luz da realidade os empecilhos insuperáveis colocados por fatores externos intransponíveis, ao invés de simplesmente julgar com a implacabilidade dos números sem atentar para o fato de que participou ativamente da elaboração das metas que hoje castigam não só a OSCIP, mas também as equipes técnicas e o OEP.

Porém, há que destacar, que mesmo diante das agruras da realidade que se colocou em face de um planejamento digamos bem intencionado, mas equivocado em razão de uma continuidade de execução com o mesmo parceiro ao longo de 11 anos, a OSCIP tem se aproximado gradativamente do ideal de execução que buscamos todos alcançar.

¹ Alketa Peci ET AL. *Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais*. Revista de Administração Pública — EBAPE: FGV, Rio de Janeiro 42(6):1137-62, nov./dez. 2008.

6.1 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03893350/0001-12
Razão Social: IJUCI INSTIT JURID P EFETIVACAO DA CIDAD
Endereço: R DOS TIMBIRAS 2875 / BARRO PRETO / BELO HORIZONTE / MG /
30140-062

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/11/2016 a 24/12/2016

Certificação Número: 2016112505214018369718

Informação obtida em 07/12/2016, às 12:29:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name or set of initials, located in the lower right quadrant of the page.

6.2 Comprovante de Regularidade Previdenciária

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUCI
(MATRIZ E FILIAIS)/CNPJ: 03.893.350/0001-12

Certidão nº: 59668556/2016

Expedição: 12/09/2016, às 11:19:59

Validade: 10/03/2017 - 100 (cento e ditenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUCI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(s) no CNPJ sob o nº 03.893.350/0001-12, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.340, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data de sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

6.3 Comprovante de Regularidade Fiscal



Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

Certidão de Débitos nº: 7.670.355/2016

Número de Controle: ABIIGHLQNL

Emitida em: 23/11/2016 requerida às 15:57:45

Validade: 23/12/2016

Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA - IJUCI
CNPJ: 03.893.350.0001.12

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Gerência de Dívida Ativa da Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

CERTIDÃO GRATUITA - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

A autenticação desta certidão deve ser verificada em:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 21/09/2016
		CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ: 20/12/2016
NOME: INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA- IJUC		
CNPJ/CPF: 03.673.350/0001-12		
LOGRADOURO: DOS TIMBIRAS		NÚMERO: 2673
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BARRO PRETO	CEP: 30140062
DISTRITO/POVÃO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG
<p>Respeitado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apurados, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de forma de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença ou ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Dação em Pagamento do ITCD, prevista no artigo 3º do Decreto 43.961/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>		
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO FFA	DESCRIÇÃO
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através do aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na Internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação de Autenticidade de Documentos.		
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2016000174156706		



7 – DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas no 1º Relatório Gerencial do Termo de Parceria firmado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e a OSCIP Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG). Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão disponíveis para análise dos representantes da Comissão de Avaliação e dos servidores dos órgãos de controle do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, ____ de outubro de 2016.

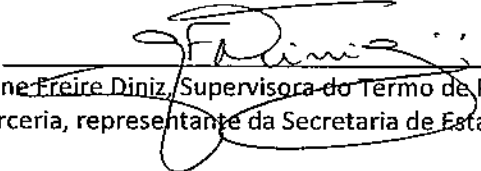


Viviane Tompe Souza Mayrink
Presidente do Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI-MG).

DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA

Declaro ter supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – Minas Gerais (IJUCI-MG) neste período avaliatório e, diante das informações assim obtidas, ratifico e atesto a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, 09 / 12 / 2016


Gleysiane Freire Diniz, Supervisora do Termo de Parceria
Supervisor do Termo de Parceria, representante da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS).